

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**
Período de Análise: 01 a 31 de Março de 2008.
Área Temática: Política de Crédito

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Desmatamento, crédito e incentivos - Mailson da Nóbrega – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/03/2008.....	5
Financiamento de atividades agropecuárias na Amazônia – Sítio Eletrônico do MDA – 03/03/2008.....	6
Bancos começam a testar resolução do CMN em maio - Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 03/03/2008	7
Governo quer checar histórico de produtores – Folha de São Paulo – Brasil – 04/03/2008.....	8
Proteção ao crédito – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 05/03/2008	9
Ruralistas iniciam ofensiva contra restrições de crédito - Mauro Zanatta – Valor econômico - 05/03/2008	9
Contratação de crédito rural aumenta 21,5 % entre julho de 2007 e janeiro de 2008 – Sítio Eletrônico do MAPA – 06/03/2008	10
SAF/MDA discute Programa de Garantia de Preços – Sítio Eletrônico do MDA – 06/03/2008.....	11
Repactuação da dívida agrícola pode ter definição até o final do mês – Sítio Eletrônico da CNA – 10/03/2008.....	11
Ministro apresenta proposta de renegociação a produtores – Sítio Eletrônico da CNA – 11/03/2008.....	12
Rolagem de dívidas – Valor Econômico – Agronegócios – 11/03/2008.....	12
MDA e MF apresentam as dívidas de crédito rural – Sítio Eletrônico do MDA – 12/03/2008.....	12
Crescimento com igualdade - Guilherme Cassel – Valor Econômico – Opinião - 12/03/2008.....	13
Governo apresenta esboço para rolagem - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 12/03/2008	15
Comissões de Agricultura do Senado e da Câmara debaterão dívida rural na terça-feira (18) – Sítio Eletrônico da CNA – 13/03/2008.....	17

CNA: recursos privados financiam 70% do setor – Sítio Eletrônico da CNA – 13/03/2008.....	17
Gilson Bittencourt diz que não haverá anistia – Sítio Eletrônico da CNA – 13/03/2008	18
Agricultores têm até 30 de abril para apresentar propostas do Pronaf – Sítio Eletrônico da Contag - 13/03/2008.....	19
Baixa inadimplência facilita rolagem na produção familiar - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 13/03/2008.....	19
Governo renegocia R\$ 40 bi em dívidas dos agricultores – Luciana Otoni e Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/03/2008.....	20
Grandes e médios concentram as dívidas no campo - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 14/03/2008	22
Segunda Quinzena	
'Concílio' de ruralistas para ampliar espaço no Senado - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 17/03/2008.....	24
Preço da terra alcança média de R\$ 3.998 – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/03/2008.....	25
Plano Agrícola e Pecuário da Safra 2008/2009 recebe sugestões do setor privado – Sítio Eletrônico da CNA – 18/03/2008	26
Banco do Brasil libera linha de crédito para safra 2008/09 – Sítio Eletrônico da CNA – 19/03/2008.....	27
Rolagem não vai resolver "problemas localizados" - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 19/03/2008	27
Contag vai ao Congresso Nacional para discutir endividamento – Sítio Eletrônico da Contag - 25/03/2008.....	28
PROPOSTA DO GOVERNO PARA ENDIVIDAMENTO RURAL CONTEMPLA A RENEGOCIAÇÃO DE R\$ 56,2 BILHÕES – Sítio Eletrônico do MAPA – 25/03/2008	28
Governo propõe renegociação de dívidas – Sítio Eletrônico do MDA – 25/03/2008	29
Direção do BNDES recebe trabalhadores rurais no Rio de Janeiro – Sítio Eletrônico da Contag - 26/03/2008.....	31

Trabalhadores rurais fazem manifestação na sede do BNDES – Sítio Eletrônico da Contag - 26/03/2008	31
MDA DISCUTE EM CHAPECÓ A IMPLANTAÇÃO DO PRONAF SISTÊMICO -31	
Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetraf sul – 26 de março de 2008.....	32
Governo vai renegociar R\$ 56,2 bi em dívidas rurais – Luciana Otoni – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/03/2008.....	32
Limitado, plano de rolagem do governo frustra ruralista - Mauro Zanatta e Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Agronegócios - 26/03/2008	33
BNDES se compromete a criar “cláusula socioambiental” – Agencia Carta Maior – 27/03/2008.....	35
Renegociação rural custa até R\$ 7 bi – Luciana Otoni – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/03/2008.....	37
STEPHANES: RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA RURAL ESTÁ NO CAMINHO CERTO – Sítio eletrônico do MAPA – 27/03/2008.....	38
VOTO AGRÍCOLA DO CMN CONTEMPLA RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA RURAL – Sítio Eletrônico do MAPA – 27/03/2008.....	39
Trabalhadores fazem manifestação na sede do BNDES – Sítio Eletrônico do MST – 27/03/2008.....	39
Rolagem pode custar até R\$ 7 bi - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 27/03/2008.....	42
'Proposta para a dívida rural está no rumo certo' - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/03/2008.....	43
BNDES garante a criação de cláusulas sócio-ambientais – Sítio Eletrônico do MST – 28/03/2008.....	43
Governo e ruralistas já se entendem sobre rolagem - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 28/03/2008	44
CMN aprova extensão de prazos para pagamentos - Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Agronegócios - 28/03/2008.....	45
BNDES quer financiar mais projetos no NE - Chico Santos – Valor Econômico – Brasil - 31/03/2008.....	46

Desmatamento, crédito e incentivos - Mailson da Nóbrega – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 02/03/2008

Meu artigo de domingo passado, em que me manifestei contra a criação de restrições ao crédito para quem não cumpre regras ambientais, mereceu alguns elogios, mas a maioria das mensagens foi de condenação. Estaria defendendo os interesses dos bancos e o crescimento à custa do desmatamento. Houve insultos e um leitor, sem argumentos, recorreu à inflação mensal de 84% do tempo em que saí do governo.

Volto ao assunto para esclarecer melhor minha posição. Assinalei que as restrições transfeririam ao crédito a responsabilidade pela fiscalização das respectivas normas. Seria um retorno a regras dos anos 1960 (já revogadas), pelas quais se exigia a apresentação de certidões negativas de obrigações fiscais para conceder crédito rural.

Para muitos, faz sentido cortar o crédito dos que desmatam além do permitido. Como justificar, dir-se-ia, o fornecimento dos meios para destruir as florestas? Levado o raciocínio ao extremo, caberia proibir a venda de motocicletas para coibir assaltos e mortes provocados por motoqueiros criminosos.

Nem todos os burocratas estão preparados para lidar com questões complexas como a de estabelecer regras de preservação ambiental e dos recursos naturais. Erros semelhantes foram cometidos em países desenvolvidos, como nas normas para evitar a pesca intensiva e predatória, que ameaçava a extinção de espécies. As saídas foram proibir a pesca, restringi-la a certos períodos ou limitar o número de barcos na atividade. Nenhuma funcionou. Pior, na limitação periódica, houve muitas mortes, pois os pescadores iam ao mar com qualquer tempo.

A melhor solução foi conceder direitos de propriedade aos pescadores, buscando preservar os cardumes via mecanismos de mercado. Criaram-se quotas de pesca mediante leilão. Novos entrantes precisavam comprá-las no mercado.

Permitir o acesso ao crédito somente aos que seguem as regras ambientais, como quer o governo brasileiro, é punir todos, bons e maus cidadãos. Todos terão que buscar certidões e incorrer em novos custos de transação. O potencial de corrupção certamente aumentará. Dada a essencialidade do crédito para manter e aumentar a produção, em especial na agricultura, restrições poderão resultar em menos renda, produto e emprego. Será bom apenas para quem se estabelecer como despachante.

Ninguém de bom senso pode ser a favor de uma lei da selva para a exploração dos recursos florestais (sem trocadilho). Mesmo na China, onde havia deliberado objetivo de privilegiar o crescimento em relação a tudo o mais, o recente congresso do Partido Comunista anunciou que doravante o governo buscará o desenvolvimento “limpo”.

Nossos burocratas bem que poderiam estudar a teoria dos incentivos, pois poderiam fazer regras que evitassem danos econômicos e sociais maiores que os benefícios que imaginam gerar para o meio ambiente. O certo seria premiar o comportamento adequado e não punir todos.

O Banco Real costuma cobrar juros mais baixos de clientes que apresentem projetos viáveis de “sustentabilidade”. É uma estratégia inteligente, pela qual o banco ganha duplamente. Primeiro, corre menos risco (daí a taxa menor). A experiência diz que quem age corretamente em relação ao meio ambiente tende a cumprir regras para o bom andamento dos negócios. Segundo, contribui para a preservação ambiental e melhora sua imagem perante o público.

O governo poderia fazer algo semelhante. Em vez de adotar o critério da punição, restringindo o acesso ao crédito, preferiria o da premiação. Concederia subsídio ou vantagem fiscal que implicasse redução de juros para quem cumprisse as regras, considerando que isso gera maiores custos e menor retorno privado. Ao mesmo tempo, o retorno público - a preservação ambiental - é superior ao privado.

Haveria incentivos para o bom comportamento ambiental. A produção continuaria guiada pelos sinais de mercado e não pela burocracia.

Esses benefícios poderiam gerar corrupção e desperdícios, exigindo mecanismos eficazes de fiscalização e controle. Mesmo assim, seria uma saída bem melhor do que a decisão adotada pelo Conselho Monetário de obrigar os bancos a exigir certidões para a concessão de crédito rural. A resolução institui incentivo equivocado.

***Mailson da Nóbrega é ex-ministro da Fazenda e sócio da Tendências Consultoria Integrada (e-mail: mnobrega@tendencias.com.br)**

Financiamento de atividades agropecuárias na Amazônia – Sítio Eletrônico do MDA – 03/03/2008

Foi publicada nesta segunda-feira (3) no Diário Oficial da União (DOU) a Resolução 3.545 do Banco Central, que trata sobre a documentação comprobatória de regularidade ambiental e outros condicionantes para o financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.

Com a Resolução, a concessão de crédito rural para o financiamento de atividades agropecuárias nos municípios que integram o Bioma Amazônia fica condicionada a medidas como: a apresentação de Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR); a declaração de que inexistem embargos vigentes de uso econômico de áreas desmatadas ilegalmente no imóvel; licença, certificado, certidão ou documento similar comprobatório de regularidade ambiental do imóvel onde será implantado o projeto a ser financiado, expedido pelo órgão responsável.

Quando se tratar de beneficiários enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ou de produtores rurais para qualquer finalidade de área não superior a quatro módulos fiscais, poderá ser apresentada apenas a CCIR e a declaração individual do interessado. Essa documentação deve atestar a existência física de reserva legal e área de preservação permanente, conforme Código

Florestal, e a inexistência de embargos vigentes de uso econômico de áreas desmatadas ilegalmente no imóvel.

No caso dos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária enquadrados nos grupos A e A/C do Pronaf, poderá ser apresentada declaração fornecida pelo Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (Incra). A declaração deve atestar que o Projeto de Assentamento (PA) encontra-se em conformidade com a legislação ambiental e/ou que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com essa finalidade.

Certificado é gratuito - O diretor de Financiamento e Proteção da Produção Rural da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), João Luiz Guadagnin, alerta que os agricultores familiares do Bioma Amazônia devem verificar se o seu CCIR está em dia, pois ele é um documento essencial para o acesso ao crédito na região.

Em caso de dúvidas ou de necessidade de atualização, os agricultores devem procurar os órgãos responsáveis pelo cadastro rural e licença ambiental de seu município. “O CCIR é fornecido gratuitamente”, ressalta.

A medida para a vigorar obrigatoriamente a partir do dia 1º de julho e, facultativamente, a partir de 1º de maio para que os agentes financeiros possam fazer as adequações em seus sistemas. Os agricultores familiares do grupo B do Pronaf estão excluídos da medida.

Bancos começam a testar resolução do CMN em maio - Gisele Teixeira – Sítio Eletrônico do MMA – 03/03/2008

Bancos públicos e privados poderão testar de forma facultativa, a partir de 1º de maio de 2008, a implementação da resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) que determina a inclusão de critérios ambientais para contratação de crédito da safra 2008/2009 no bioma Amazônia. O objetivo é iniciar as operações em parceria com os órgãos estaduais de meio ambiente com tempo para fazer eventuais ajustes na operacionalização até o início da liberação dos financiamentos da próxima safra, que inicia em julho. E, com isso, não atrasar a liberação do dinheiro. O funcionamento das regras foi explicado nesta segunda-feira (3), em entrevista coletiva, pelo diretor de Articulação de Ações para a Amazônia no MMA, André Lima, pelo secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, e pelo coordenador-geral de Financiamento à Produção Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), João Luiz Guadagnin. A estimativa da Fazenda é que a resolução envolva mais de R\$ 2,6 bilhões em créditos, em mais de 500 municípios. As medidas valem para todos os estados do bioma Amazônia (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima) e para algumas cidades da Amazônia Legal localizadas no Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

De acordo com a resolução, médios e grandes produtores do bioma precisarão apresentar, a partir da próxima safra, uma série de documentos para conseguir a liberação

do crédito rural. Entre eles o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) vigente e certificado, certidão ou licença ambiental vigente do imóvel onde será implantado o projeto a ser financiado e declaração de que inexistem embargos vigentes de uso econômico de áreas desmatadas ilegalmente no imóvel.

Agricultores enquadrados no Pronaf e ainda outros produtores que não estão no Pronaf, mas que possuem área máxima de quatro módulos rurais - entre 50 e 80 hectares por módulo na região amazônica - seguem outras regras. Precisam apresentar, por exemplo, declaração individual atestando a existência física de reserva legal e área de preservação permanente. Foram excluídos das medidas somente os produtores muito pequenos (grupo B do Pronaf), com renda familiar anual de R\$ 4 mil

No caso de assentamentos rurais, Bittencourt explicou que a análise não se dará por produtos e sim por assentamento, sendo que o Incra, órgãos estaduais e Ibama deverão avaliar se o mesmo está cumprindo com as regras ambientais. "Isso acontece porque, nesse caso, a propriedade não está no nome do produtor e não existe um cadastro do imóvel rural. Além disso, muitas vezes esses assentamentos possuem áreas de reserva ambiental coletivas e não individuais e isso precisa ser levado em conta", destacou. A concessão de crédito mediante critérios ambientais também faz parte de um conjunto de ações para pôr em prática o Decreto nº 6.231, de 21 de dezembro de 2007, que estabeleceu medidas para prevenir, monitorar e controlar o desmatamento no bioma Amazônia.

Governo quer checar histórico de produtores – Folha de São Paulo – Brasil – 04/03/2008

A resolução que restringe o crédito a produtores ligados ao desmatamento ilegal na Amazônia pretende criar um sistema de consultas semelhante ao SPC (Serviço de Proteção ao Crédito), que analisa o histórico de "bom pagador" do consumidor antes de autorizar uma nova transação.

No caso ambiental, o princípio será o mesmo: os bancos, públicos ou privados, serão obrigados a consultar um cadastro para verificar a situação de "amigo" do meio ambiente do produtor, para autorizá-lo (ou não) a receber o empréstimo financeiro. Os órgãos estaduais ambientais e o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) serão os responsáveis por alimentar esse cadastro, além de fiscalizar os produtores rurais.

A medida visa unir lei ambiental e autorização do crédito, para tentar impedir que produtores usem esses recursos para o desmatamento ilegal da Amazônia. Técnicos dos ministérios do Meio Ambiente, da Fazenda e do Desenvolvimento Agrário explicaram ontem as medidas da resolução, elaborada na semana passada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) e que entrará em vigor a partir de 1º de julho. "A intenção é diminuir o desmatamento e ajudar na recuperação de áreas já desmatadas", afirmou Gilson Bittencourt, secretário-adjunto de política econômica da Fazenda. Essa área abrange todos

os municípios do Acre, do Amapá, do Pará, de Rondônia, de Roraima e do Amazonas, e algumas cidades de Mato Grosso, do Tocantins e do Maranhão. Caso deixem de cumprir a resolução, as instituições bancárias poderão ser multadas, e o crédito, suspenso.

Proteção ao crédito – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas - 05/03/2008

A Comissão de Agricultura do Senado aprovou ontem parecer favorável ao projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) para criar um Fundo de Aval para Proteção ao Crédito Rural. O fundo contábil serviria para garantir o risco das operações de crédito rural e reduzir entraves à concessão de financiamentos. O senador afirmou que o produtor poderá optar pelo aval do fundo na contratação da operação de crédito rural. Assim, os bancos poderiam dispensar outras garantias para a concessão do financiamento, avaliou Dias.

Ruralistas iniciam ofensiva contra restrições de crédito - Mauro Zanatta – Valor econômico - 05/03/2008

A bancada ruralista inicia hoje um contra-ataque às restrições fundiárias e de crédito anunciadas pelo governo nos últimos dias para controlar o desmatamento ilegal na Amazônia.

A Frente Parlamentar da Agropecuária, nome institucional da bancada de 176 deputados e 26 senadores de todos os partidos, apresentará um projeto de decreto legislativo propondo a anulação dos atos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de decisões do Conselho Monetário Nacional (CMN) na área ambiental.

O estopim da revolta ruralista está em duas normas recentes anunciadas pelo Ministério do Meio Ambiente, e consideradas "travas draconianas". A primeira obrigou o cadastramento de todos os imóveis rurais situados nos 36 municípios campeões da derrubada da floresta em seis Estados.

A outra, considerada "inadmissível" pelos parlamentares, condicionou a concessão de crédito rural, em 520 municípios localizados no chamado bioma Amazônia, à apresentação de comprovantes de regularidade ambiental. E os ânimos entre ruralistas e ambientalistas devem ficar ainda mais acirrados com a prometida divulgação de regras de co-responsabilização da cadeia produtiva (frigoríficos, esmagadoras, madeiras) em casos de aquisição de produtos (carne, grãos, madeira) originários de áreas embargadas pelo governo por problemas ambientais.

Recém-eleito presidente da frente ruralista e membro da base de apoio ao governo Lula, o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) acusa o Executivo de "exorbitar" seu poder nos atos de restrição à produção rural. "O governo não tem técnicos, não tem dinheiro e nem cartório para fazer isso".

"Pior do que isso, o governo está dando um tiro no pé porque oferece argumentos aos países protecionistas para barrar nossos produtos lá fora com barreiras não-tarifárias". Para ele, os únicos beneficiados serão os bancos e os agiotas. "Os bancos ganham mais força para negar um crédito já escasso e os agiotas vão entrar oferecendo dinheiro farto a juros escorchantes", afirmou. Ser da base do governo não constrange Colatto: "Posso ser da

base, mas não concordo com isso. Vão matar os produtores lá na ponta e vou ficar quieto?", questiona.

Principal interlocutor de Lula no setor rural, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi (PR), afirma defender "desde sempre" a legalização das fazendas, mas pede critérios ao governo. "Há dois pesos e duas medidas. A agricultura familiar e os assentados estão isentos ou têm exigências mais brandas", pondera. Maggi informa que tratará "em breve" do tema com o presidente Lula.

"Só estou esperando um conjunto maior de informações, inclusive a análise detalhada das áreas desmatadas em Mato Grosso, para levar o assunto ao presidente".

A discussão também deve abrir caminho para o andamento do novo Código Florestal Brasileiro. O deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) informa haver um acordo com lideranças ambientalistas para avaliar "pontos de consenso" do seu relatório sobre o novo código, aprovado em 2003 pela Câmara, mas parado em uma comissão mista. "Está na hora de amadurecer esse debate", diz Micheletto, alvo de ONGs desde a aprovação do relatório considerado pró-derrubada da floresta. O presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Marcio Lopes de Freitas, avalia que as novas normas "vão forçar" o debate sobre o código florestal.

"Isso dá mais força para votar. Porque os embargos como o da União Européia [à carne bovina] vão migrar das sanções sanitárias para ambientais", afirma.

Contratação de crédito rural aumenta 21,5 % entre julho de 2007 e janeiro de 2008 – Sitio Eletrônico do MAPA – 06/03/2008

Brasília (6.3.2008) - Os R\$ 33,95 bilhões do crédito rural liberados para a agricultura empresarial entre julho de 2007 e janeiro de 2008, sete meses da safra 2007/2008, representam um crescimento de 26,7% na contratação realizada no mesmo período da safra anterior. A maior parte dos recursos foi liberada para o custeio e a comercialização da safra, um total de R\$ 30,17 bilhões. O valor supera em 27,5% o total disponível para custeio e comercialização nos sete meses da safra 2006/2007.

Os contratos para custeio e comercialização a juros controlados continuam liderando as contratações e respondem por 79,5% do total, atingindo R\$ 23,98 bilhões. O fato se deve ao aumento de depósitos à vista e à captação da caderneta de poupança rural. O crédito rural aplicado para investimento no período, foi de R\$ 3,78 bilhões, 20,9% a mais que o contratado na safra 2006/2007.

Os programas de investimento com amparo de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), coordenados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), lideraram as contratações de investimento e responderam por R\$ 2 bilhões do contratado, um acréscimo de 32,1% em relação ao desembolsado na safra anterior. Entre essas linhas de crédito, o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota) é o líder em contratações e atingiu R\$ 1,09 bilhão, volume 37,3% maior que o registrado no mesmo período da safra anterior.

A expectativa do diretor do Departamento de Economia Agrícola (Deagri) do Mapa, Wilson Vaz de Araújo, é que nos próximos meses haja maior concentração de demanda de financiamentos de custeio da safra de inverno, em especial da cultura do trigo, cujo plantio

se inicia agora em março. O diretor estima ainda uma grande contratação de crédito para o custeio de milho (2ª safra), uma vez que as perspectivas de preços, interno e externo, são bastante positivas. Também projeta ritmo acelerado para a concessão de crédito de comercialização da safra que está sendo colhida e a demanda por créditos de investimento. (Katja Polisseni)

SAF/MDA discute Programa de Garantia de Preços – Sítio Eletrônico do MDA – 06/03/2008

A Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) reuniu-se na última quarta-feira (5), em Brasília, com representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) para a discussão de vários assuntos, entre eles, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF).

Segundo o diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção Rural da SAF/MDA, João Luiz Guadagnin, o encontro tratou das novas culturas que estão em estudo para inclusão no Programa. Nesse sentido, foram iniciadas viagens a alguns estados para avaliação de possíveis culturas a serem inseridas. Além disso, a reunião tratou também da inclusão da modalidade de financiamento de investimento no PGPAF – ainda em fase de discussão e avaliação.

O Programa - O PGPAF é uma política pública que assegura às famílias agricultoras descontos no pagamento dos financiamentos do crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) quando os preços de venda dos produtos incluídos no programa estejam baixos. Atualmente, o PGPAF cobre as operações de crédito de custeio do Pronaf relativas a onze produtos: arroz, café, cará, castanha de caju, feijão, inhame, leite, mandioca, milho, tomate, soja.

Repactuação da dívida agrícola pode ter definição até o final do mês – Sítio Eletrônico da CNA – 10/03/2008

O Ministério da Agricultura espera ter até o final do mês a definição sobre a repactuação da dívida do setor rural, após oito meses de discussões que envolveram representantes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do setor privado com os Ministérios da Fazenda e da Agricultura. O grupo analisa os diferentes tipos de dívidas contraídas desde a década de 90.

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, informou que já existe um esboço da proposta que deve ser apresentada ao setor nesta terça-feira (11/03), durante reunião no Ministério da Fazenda. O objetivo do encontro é conciliar os argumentos do ponto de vista do setor agrícola e da área econômica do governo. O montante da dívida, segundo Stephanes, alcança R\$ 130 bilhões, o que equivale ao valor de uma safra. Vale destacar que parte dessa dívida foi causada pelos planos econômicos e frustrações de safra.

Ministro apresenta proposta de renegociação a produtores – Sítio Eletrônico da CNA – 11/03/2008

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, se reúne às 16h com parlamentares da bancada ruralista e representantes do setor produtivo para apresentar um esboço da proposta de renegociação do passivo rural, há anos reivindicada por produtores. Pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), participa do encontro o presidente da Comissão Nacional de Endividamento da entidade, deputado federal Homero Pereira (PR/MT).

Também estarão na reunião os secretários de Política Econômica, Bernard Appy, e seu adjunto, Gilson Bittencourt, do Ministério da Fazenda, além do diretor de Programas da Secretaria-Executiva e do secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, José Gerardo Fontelles e Edilson Guimarães.

Rolagem de dívidas – Valor Econômico – Agronegócios – 11/03/2008

O Ministério da Agricultura definirá até o final deste mês a repactuação da dívida do setor rural, após oito meses de discussões que envolveram representantes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do setor privado com os Ministério da Fazenda e da Agricultura. Uma proposta deverá ser apresentada hoje em reunião na Fazenda. O grupo analisa os diferentes tipos de dívidas contraídas desde a década de 1990.

MDA e MF apresentam as dívidas de crédito rural – Sítio Eletrônico do MDA – 12/03/2008

Os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Fazenda (MF) se reuniram nesta quarta-feira (12) com deputados federais para a apresentação de um diagnóstico da situação das operações de crédito rural inadimplentes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) e do Crédito Fundiário. O objetivo do diagnóstico é facilitar o pagamento das dívidas com risco da União.

Os dados do documento são referentes às operações ativas em 31 de agosto de 2007 e contratadas até 30 de junho de 2006. Cerca de 13,4 bilhões de operações de crédito rural que estão em aberto são do Pronaf, representando 2,14 milhões de contratos - ou seja, esse é o atual valor emprestado do Pronaf. O total da inadimplência em créditos do Pronaf é de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, cerca de 618 mil contratos.

Participaram da reunião no Ministério do Desenvolvimento Agrário, em Brasília, os secretários-executivos do MDA, Marcelo Cardona, de Agricultura Familiar do MDA, Adoniram Sanches Peraci, de Política Econômica do MF, Bernard Appy, e adjunto de

Microfinanças e Política Agrícola do MF, Gilson Bittencourt. Estavam presentes os deputados Assis do Couto, Anselmo de Jesus, Beto Faro, Celso Maldaner, Afonso Hamn e Jusmari Oliveira e, ainda, representantes dos movimentos sociais.

Cardona destacou a relevância do levantamento como um “retrato do endividamento ao longos de anos”. Segundo o secretário-executivo do MDA, o documento ajudará na discussão de soluções conjuntas para uma agricultura familiar mais dinâmica. “Para que, assim, consigamos trabalhar com tranquilidade e desenvolver o meio rural”, avaliou.

O deputado Assis do Couto também apontou a importância do diagnóstico para o conhecimento dos parlamentares. “É nossa responsabilidade também sabermos em que chão estamos pisando”, disse. Segundo o secretário de Agricultura Familiar do MDA, Adoniram Sanches Peraci, até o dia 25 de março será apresentada uma proposta para a renegociação de dívidas dos inadimplentes. Peraci ainda ressaltou que as taxas de inadimplência são baixas, considerando o volume total de recursos já alocados nestes 13 anos do Pronaf.

Para efeito de análise e elaboração de propostas, as operações destes programas de crédito rural foram agrupadas em seis blocos:

- Operações de custeio do Pronaf grupos C, D e E efetuadas até 30 de junho de 2006: prorrogadas ou efetuadas com prazo superior a 1 ano;
- Operações de investimento do Pronaf grupo B;
- Operações de investimento do Pronaf grupos C, D e E e linhas especiais;
- Pronaf A (custeio e investimento) e Pronaf A/C: créditos destinados aos assentados da Reforma Agrária e do Crédito Fundiário;
- Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procerá;
- Operações do Programa de Crédito Fundiário: Banco da Terra, Cédula da Terra e Crédito Fundiário.

Crescimento com igualdade - Guilherme Cassel – Valor Econômico – Opinião -
12/03/2008

É momento de debater o Brasil rural e as possíveis formas de seu crescimento: com igualdade ou com desigualdade. São dois caminhos que agora parecem mais nítidos, afinal, já vivenciamos a concentração fundiária, a favelização rural e a ausência de políticas agrárias por muitos anos. Foi um lento processo de aprendizagem até começarmos a implantar políticas públicas que de fato mantivessem trabalhadores e trabalhadoras rurais com trabalho e renda no campo. E esse é um processo ainda em construção. A questão

agrária e a pobreza no campo são discussões que remontam ao século 19. Jamais foram solucionadas porque jamais crescemos com igualdade. Os anos 70 são um modelo desse tipo de crescimento distorcido. Muitos de nós ainda jovens, outros sequer nascidos, todos experimentamos os efeitos do "milagre econômico". Embalados por esse jargão, em pleno período de ditadura militar, pensamos estar crescendo econômica e socialmente e, mesmo ali, jamais nos vimos crescendo iguais. Passamos a conviver com bolsões de pobreza nas grandes cidades e o avanço da violência urbana. Conhecemos o que era recessão, má qualidade de vida e os resultados da degradação ambiental. Do campo, milhares de famílias foram expulsas.

Algumas das feições rurais herdadas das décadas passadas, e que apesar dos esforços governamentais e da sociedade civil ainda vigoram, são os latifúndios improdutivos, o trabalho escravo e a devastação ambiental. São feições oriundas do crescimento desigual e, por isso, tão difíceis de se corrigir. Sofremos as consequências desastrosas da falta de política agrária e de política agrícola. E sofremos por longo tempo.

Foi apenas nos últimos anos, com o rearranjo das políticas urbanas e rurais, que começamos a romper com essa realidade. Aos poucos, nos vemos crescendo de forma diferente. Não extinguímos a miséria, mas estamos reduzindo as desigualdades na cidade e no campo. Não por acaso, 20 milhões de brasileiros deixaram de ocupar as classes D e E, passando a ter condições melhores de vida. No ano passado, o país alcançou uma geração recorde de 1,6 milhão de empregos.

E o campo mostrou sua faceta recompensadora a todos os que defendem políticas públicas específicas para o seu crescimento. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirma a safra recorde de grãos em 2007, de 133 milhões de toneladas. Dados preliminares do censo agropecuário demonstram que o número de propriedades rurais cresceu, de 4,8 milhões para 5,2 milhões, ao mesmo tempo em que o tamanho médio delas diminuiu. Já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) atesta que a renda da agricultura familiar aumentou 7%. Esses números refletem políticas implementadas especialmente desde 2003. Estamos esboçando uma nova malha fundiária e ampliando a renda de quem precisa e produz.

Esses são os primeiros passos de uma caminhada que tem de ser feita com firmeza e rapidez. E, além disso, com muita persistência para que grandes extensões de terras despovoadas passem a ser cenário do passado. Porque outra realidade é possível: a de homens, mulheres, jovens, idosos e crianças em vida plena e comunitária no campo.

A agricultura familiar engloba pessoas que descobrem novos caminhos produtivos e fazem o que preferem no seu chão

E eles não precisam compor famílias que só cultivam pela subsistência. Seu horizonte hoje está amplificado com o crédito cada vez mais alto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que incentiva a produtividade, a mecanização e a comercialização dos alimentos; e do seguro agrícola, que propicia mais segurança contra intempéries climáticas e oscilações de preços. Essa é uma política que demoramos a construir. O Pronaf completa 12 anos em 2008, mas sua conformação mais inclusiva e diversificada para os trabalhadores rurais só ocorreu depois de muita lapidação. E o aprimoramento continua.

Com o advento do biodiesel e o potencial de integração da agricultura familiar na sua cadeia de produção, os agricultores encontram uma nova forma de ampliação da renda.

O Selo Combustível Social do Ministério do Desenvolvimento Agrário tem sido um instrumento decisivo nessa nova política de inclusão produtiva. Tudo isso sem esquecer a missão primordial da agricultura familiar: a produção de alimentos. A agricultura familiar começa a englobar pessoas que descobrem novos caminhos produtivos e escolhem o que preferem fazer no seu chão. Agora, elas têm chão.

Hoje já conseguimos antever um outro tipo de crescimento no meio rural, mais igual e solidário: dispomos de um número maior de proprietários rurais, de produção diversificada de alimentos, de geração de mais trabalho e mais renda. Crescer com igualdade é o desafio contemporâneo do meio rural brasileiro. É apostar em gente trabalhando e agregando valor à produção, sendo assistida por técnicos que compartilham as inovações tecnológicas, tendo água encanada, saneamento e energia elétrica mesmo nos pontos mais longínquos. E vendo os filhos freqüentarem todos os dias a escola. Escola próxima, de preferência.

Por isso, o governo federal lançou no mês de fevereiro o programa Territórios da Cidadania, para que essa dinâmica econômica e social já constatada em alguns lugares seja disseminada pelo país. O programa tem um objetivo claro: superar as condições de pobreza que ainda persistem no meio rural. Queremos fazer o que o Estado brasileiro nunca foi capaz: garantir o acesso a direitos e a políticas públicas de infra-estrutura e desenvolvimento econômico lá nos territórios esquecidos, nos lugares mais pobres, onde moram e trabalham homens e mulheres que pelas mais diversas razões têm sido condenados à invisibilidade. Queremos restituir a milhares de brasileiros o direito de usufruir deste novo ciclo de crescimento e abrir para essas regiões novas possibilidades de desenvolvimento.

Poderíamos retroceder, deixar de destacar tantos recursos para a agricultura familiar, que responde por 60% de todos os alimentos que consumimos no Brasil, e para a reforma agrária massiva e de qualidade. Poderíamos voltar a concentrar a malha fundiária, sem nos preocupar com o escoamento da produção dos agricultores familiares e assentados, com o desmatamento ou a convivência racional com a Floresta Amazônica. Poderíamos crescer sem nos indagar se a água finalmente irrigará as pequenas comunidades rurais do Nordeste e sem concretizar o Projeto do Rio São Francisco de forma inclusiva. Depois de descobrir que é possível crescer sem sermos tão desiguais, será que temos esse direito?

***Guilherme Cassel, engenheiro civil, é Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.**

Governo apresenta esboço para rolagem - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 12/03/2008

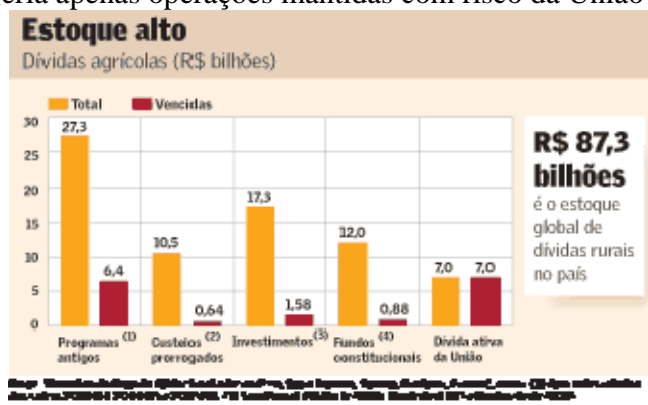
Seis meses depois de prometer aos ruralistas uma solução final para o endividamento do campo, o governo apresentou ontem apenas as "linhas gerais" para a renegociação de R\$ 16,63 bilhões em débitos da chamada agricultura empresarial vencidos desde a década de 90. O passivo, disperso por 308 mil contratos, inclusive aqueles lançados na dívida ativa da União, revela uma inadimplência superior a 22% das operações de crédito rural no país, segundo o Ministério da Fazenda.

Genérica, a proposta do governo desagradou a lideranças ruralistas ao prever, somente para algumas casos, uma nova rolagem por até cinco anos, descontos para liquidação antecipada do débito, além da redução das taxas de juros futuras. Também

causou frustração a exclusão do saldo de dívidas da agricultura familiar e dos assentados da reforma agrária, estimado em R\$ 13 bilhões.

Em reunião de duas horas com deputados ruralistas, em que houve momentos de tensão e até bate-boca, o governo propôs a "estratificação" dos devedores para beneficiar os produtores com dívidas menores. Também falou em regionalização das soluções, mas insistiu em usar dados de rentabilidade das lavouras "acima da média", segundo os parlamentares. "Fomos para receber propostas concretas, ma foi uma frustração geral", resumiu o presidente da Comissão da Agricultura da Câmara, Onyx Lorenzoni (DEM-RS). A "proposta final" para o endividamento foi novamente prometida para o próximo dia 25, segundo o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

Na meta-proposta ontem pelo governo, alguns programas criados na década de 90 - como Pesa, securitização e Recoop - teriam descontos para liquidação de acordo com o tamanho da dívida. Seriam beneficiados 47.732 contratos, que somam R\$ 6,4 bilhões em débitos atrasados - ou o equivalente a 23,5% do saldo total de R\$ 27,3 bilhões. Mas abrangeria apenas operações mantidas com risco da União e dos fundos constitucionais.



Para os débitos de custeios prorrogados entre os anos-safra 2003/04, 2004/05 e 2005/06, o governo propôs reduzir os juros nas operações contratadas com recursos da poupança rural com taxas livres (entre 15% e 21% ao ano). A proposta beneficiaria 20.337 contratos, cuja dívida chega a R\$ 637 milhões (6% do total) de um saldo de R\$ 10,5 bilhões. "Não queremos pagar nada acima do juro do crédito rural. Também precisa recalcular esses saldos, além de dar os devidos descontos", afirmou Valdir Colatto (PMDB-SC).

No caso dos programas de investimento, que tem 61.673 contratos e R\$ 1,58 bilhão em atraso (9,2% do total), o Ministério da Fazenda quer restringir a redução dos juros futuros ao Moderfrota e Finame Agrícola Especial (aquisição de máquinas) somente nas taxas acima de 9,5% ao ano, além de alterar a fonte de crédito do Programa FAT Integrar para o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO). O saldo total emprestado nessas linhas soma R\$ 17,3 bilhões. Para os fundos constitucionais, o governo não deu pistas do que pretende fazer além de trazer os 147.258 contratos cuja inadimplência soma R\$ 880 milhões (7,5% do saldo total) para a situação de normalidade.

Por fim, nos passivos lançados como dívida ativa da União, cujo saldo de 31.083 contratos atinge R\$ 7,1 bilhões, o governo poderia "facilitar a liquidação das dívidas" com descontos no saldo devedor e prazo de até 5 anos. "A intenção é boa, mas precisa avançar mais nos detalhes da operação", disse Odacir Zonta (PP-SC).

Comissões de Agricultura do Senado e da Câmara debaterão dívida rural na terça-feira (18) – Sítio Eletrônico da CNA – 13/03/2008

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), do Senado Federal, realizará na terça-feira (18/3), em conjunto com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), da Câmara dos Deputados, audiência pública para debater o endividamento rural brasileiro. O requerimento para o debate, de autoria dos senadores Kátia Abreu (DEM-TO) e Gilberto Goellner (DEM-MT), foi aprovado pela CRA em reunião hoje (13/3).

A audiência está programada para as 14h30min, no Plenário 6, do Anexo 2 da Câmara dos Deputados. Na audiência, senadores e deputados das duas comissões pretendem definir os pontos finais de proposta que será apresentada ao governo para a renegociação da dívida, estimada em R\$ 87 bilhões. O documento será elaborado, ainda, em conjunto com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e outras organizações do setor agrícola. “A dívida rural precisa ser equacionada para que o setor possa continuar produzindo”, afirmou Gilberto Goellner na reunião da CRA.

CNA: recursos privados financiam 70% do setor – Sítio Eletrônico da CNA – 13/03/2008

Durante jantar que reuniu senadores ontem (13/3), na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília, a vice-presidente de Secretaria da entidade, senadora Kátia Abreu (DEM/TO), afirmou que cerca de 70% das atividades agropecuárias no Brasil são financiadas por recursos próprios, financiamento direto, tradings, entre outras fontes privadas. Dados da CNA mostram ainda que o crédito rural oficial corresponde a apenas 20% do montante necessário para financiar o setor. A senadora explicou que, apesar do desgaste que acontece todos os anos na negociação de recursos oficiais para o crédito rural, a maior parte do financiamento necessário não conta com apoio do governo.

No encontro, que reuniu mais de 20% dos membros do Senado, foram apresentados os principais entraves ao desenvolvimento do setor ([veja aqui a apresentação na íntegra](#)). Além da necessidade de oferta de crédito rural, Kátia Abreu alertou os senadores sobre o “rigor das leis e a burocracia”, que estimulam a informalidade no campo. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 55% dos mais de 3,5 milhões de pessoas empregadas no meio rural não têm carteira assinada. Em 2006, 600 mil pessoas, entre trabalhadores e produtores, deixaram o campo.

Outro problema capaz de inviabilizar o setor é a fragilidade da regularização fundiária. A falta de títulos foi apontada pela senadora como obstáculo para a produção e para o desenvolvimento do setor. “Em caso de reivindicação de terra indígena, por exemplo, um produtor que tem o título pode perder sua propriedade e será indenizado apenas pelas benfeitorias, e não pela terra. Há casos em que a indenização nunca acontece”, explicou Kátia Abreu.

A senadora demonstrou preocupação também com a destinação de terras para conservação ambiental sem indenização ao proprietário rural. Uma das propostas da CNA é a criação de mecanismos de remuneração, a exemplo do que acontece em outros países do mundo, para proprietários de áreas destinadas à conservação, de modo que os serviços ambientais sejam reconhecidos e valorados. "Os produtores não são contrários às unidades de conservação permanente, mas é preciso que seja feito de acordo com a lei, indenizando o produtor por sua terra", lembrou a senadora. Segundo levantamento da entidade, das 154 proposições sobre meio ambiente em tramitação no Congresso Nacional, 75 não são adequadas à realidade do campo.

Para a senadora, às ameaças ao direito de propriedade soma-se a regra de desapropriação de terras para fins de reforma agrária. A CNA discorda da obrigatoriedade de atingir, simultaneamente, índices de 80% de ocupação de área e 100% de produtividade. "O índice de produtividade é uma espada sobre nossas cabeças. Tira o direito do produtor de tomar decisões empresariais com base no mercado. Se uma indústria está em crise, pode reduzir a produção e dar férias coletivas. Somos o único setor que não pode usar a terra com planejamento e gestão", ressaltou.

Gilson Bittencourt diz que não haverá anistia – Sítio Eletrônico da CNA – 13/03/2008

O secretário-adjunto de Microfinanças e Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, informou há pouco que o governo não pretende dar um desconto padrão ou uma espécie de anistia geral para as dívidas agrícolas. "A situação do crédito rural no País é muito complexa, com vários programas e muita diversidade em termos de riscos e condições", afirmou o secretário ao detalhar o diagnóstico feito sobre o crédito rural pelos ministérios da Fazenda, da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário e divulgado hoje.

Segundo Bittencourt, o estudo tem por objetivo tornar pública a situação das dívidas rurais, mostrando todas as especificidades e "ajudar o governo a pensar propostas que ajudem a solucionar o problema". O secretário evitou antecipar quanto da dívida total do setor agrícola - de R\$ 87 bilhões, incluindo os débitos da agricultura empresarial e dos agricultores familiares - poderá ser renegociado e em quais condições. Ele frisou que os ministérios ainda estão conversando sobre as condições que serão propostas pelo governo, que só serão conhecidas no dia 25 de março. "O que dá para antecipar é que a lógica será a de puxar inadimplentes para a condição de adimplentes, sem com isso criar incentivos para que as pessoas que estão em dia deixem de pagar as dívidas", explicou Bittencourt.

Assim, eventuais descontos, prazos ou carências serão definidos de acordo com os diferentes programas existentes no crédito rural. "Cada programa terá uma linha mestra de atuação, algumas medidas poderão depender de lei e, se urgentes, virão por Medida Provisória (MP); outras, apenas por resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) ou definidas pelos conselhos dos fundos constitucionais", disse Bittencourt.

Veja o [levantamento das operações de crédito rural](#) do e das [operações do Pronaf e Crédito Fundiário](#).

Agricultores têm até 30 de abril para apresentar propostas do Pronaf – Sítio Eletrônico da Contag - 13/03/2008

Os agricultores familiares paranaenses que têm interesse em obter financiamento para projetos de investimento por meio do Pronaf devem apresentar as propostas no banco até o dia 30 de abril. "Eles também podem procurar os STTRs para se orientar sobre o assunto", afirma o vice-presidente e diretor de Políticas Agrícolas da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep), Mário Pléfk.

De acordo com Pléfk, a Federação está participando de uma mobilização, em parceria com o Banco do Brasil, Secretaria de Estado da Agricultura e Emater, que visa ampliar o acesso de mais agricultores familiares ao Pronaf.

Na última safra, o Paraná utilizou cerca de 70% dos R\$ 1,3 bilhão destinados pelo governo federal para atender a agricultura familiar no Estado. O objetivo da superintendência do BB é superar o volume de R\$ 1 bilhão em créditos de custeio e investimento ofertados em todas as linhas do Pronaf, a partir da safra 2008/2009. Para tanto, pretende superar os gargalos existentes no processo e contemplar aqueles que ainda estão excluídos do programa.

Através de uma iniciativa denominada Campanha de Inclusão ao Pronaf - CIP -, a Fetaep, juntamente com os 298 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais filiados, está fazendo um levantamento para identificar os agricultores familiares que ainda não foram beneficiados pelo programa. "Os sindicatos ficaram com a incumbência de promover essa pesquisa e divulgá-la intensamente em seus municípios", informa Pléfk.

Baixa inadimplência facilita rolagem na produção familiar - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 13/03/2008

O governo federal deverá ter menos dificuldades para renegociar o passivo financeiro da agricultura familiar e dos assentados da reforma agrária. As dívidas rurais vencidas de 611,4 mil contratos vinculados a esses segmentos equivalem a apenas 8% dos débitos em atraso de um total de 308 mil contratos da chamada agricultura empresarial.

Dados apresentados ontem pelo Ministério da Fazenda em um detalhado levantamento apontam um saldo devedor vencido de R\$ 1,34 bilhão - a empresarial soma R\$ 16,63 bilhões.

Os maiores problemas do governo na renegociação dos débitos dos pequenos produtores estão concentrados nos calotes verificados em empréstimos das linhas "A" e "A/C" do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Destinadas a assentados da reforma agrária e ao crédito fundiário, as linhas têm um saldo devedor vencido de R\$ 455,4 milhões - o equivalente a 34% de todos os débitos em atraso.

"Mas agora sabemos o chão em que pisamos. Dá para tomar decisões mais justas e responsáveis", afirmou o deputado Assis do Couto (PT-PR), um dos líderes da bancada agrária da Câmara. De acordo com ele, aproximadamente 70% do passivo do Pronaf está

concentrado na região Nordeste do país. "O Sul está bem". Isso reforçaria a necessidade de regionalização das soluções para o endividamento dos pequenos produtores.

As soluções para equacionar o endividamento terão de passar pela concessão de descontos para a liquidação das operações e uma eventual redução de juros, segundo exposição realizada ontem aos parlamentares ligados a movimentos sociais do campo e ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel. Não deve haver novas rolagens de dívidas, de acordo com os parlamentares.

A bancada ruralista, mais afinada com o interesse dos médios e grandes produtores, rejeita a divisão do setor adotada pelo governo. Quer tratamento igual para todos, e com uma prorrogação dos débitos. "Dividir o setor não é uma boa política", avisou o presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, Onyx Lorenzoni (DEM-RS).

O levantamento do Ministério da Fazenda aponta que nos 341.632 contratos de custeio dos grupos "C", "D" e "E" do Pronaf, que já foram rolados em outras ocasiões, existe um saldo vencido de R\$ 136,6 milhões, o equivalente 15,7% do estoque de R\$ 869,8 milhões. Mais grave é a situação dos empréstimos de investimento no Pronaf linha "B". Dos 551.438 contratos, há um saldo em atraso de R\$ 275,6 milhões (47,3% do total). Em outra ponta, os 690.594 contratos vinculados às operações de investimento dos grupos "C", "D", "E" e das linhas especiais somam R\$ 182,9 milhões em atraso, o que equivale a 2,9% do total de R\$ 6,36 milhões emprestados.

No caso do extinto Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), a inadimplência chega a 22,7% do total de R\$ 916,7 milhões financiados. São R\$ 207,6 milhões de 162.851 contratos de assentados da reforma agrária do governo, iniciada em 1995. A situação mais confortável está nas operações do Programa de Crédito Fundiário, que agrupa iniciativas como o Banco da Terra, Cédula da Terra e Crédito Fundiário. O saldo devedor vencido dos 25,1 mil contratos celebrados equivale a apenas 5,3%.

Há R\$ 83,1 milhões de R\$ 1,56 bilhão em atraso. Ao contrário da agricultura empresarial, os beneficiários da agricultura familiar não têm débitos inscritos na dívida ativa da União, de acordo com as informações do Ministério da Fazenda.

Governo renegocia R\$ 40 bi em dívidas dos agricultores – Luciana Otoni e Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/03/2008

Medidas incluem redução de juro e desconto para incentivar quitação - Pacote, o quarto adotado no governo Lula, não agradou a representantes da bancada ruralista, que criticaram condições de pagamento

O governo irá substituir a Selic (taxa básica de juros), fixada em 11,25% ao ano, pelo IPCA, que fechou 2007 em 4,46%, nos contratos dos produtores rurais que possuem dívidas vencidas com a União. A mudança faz parte de amplo pacote de renegociação de dívida agrícola que vai ser anunciado no dia 25.

As medidas vão abranger um estoque de dívida vencida de R\$ 40 bilhões, dos quais R\$ 17,7 bilhões concentrados no Tesouro Nacional e R\$ 15 bilhões em bancos privados. O pacote de prorrogação de dívida rural, o quarto da administração do presidente Lula, também vai oferecer descontos para incentivar os agricultores que estão com os débitos em

dia a quitar o saldo devedor. As medidas, cujo custo não foi divulgado, vão vigorar a partir de abril e serão implementadas por meio de medida provisória.

O foco da renegociação é a dívida de R\$ 17,7 bilhões concentrada no Tesouro, também chamada de risco da União. Estão no montante débitos inscritos em dívida ativa, dívidas contratadas nos anos 80 e 90 (187 mil contratos) e financiamentos para a compra de máquinas agrícolas que não foram pagos.

O Ministério da Agricultura, que defendeu na Fazenda a substituição da Selic pelo IPCA, argumentou que a correção dos valores pela taxa básica tem feito o saldo devedor aumentar de forma expressiva, com risco de se tornar impagável.

A proposta foi aceita pelo Ministério da Fazenda, que irá regulamentar a mudança por meio de resolução do CMN (Conselho Monetário Nacional). Levantamento feito pelo Ministério da Agricultura mostra que entre 2001 e 2007 os preços dos produtos agrícolas subiram 78% em média enquanto a dívida agrícola cresceu, em alguns casos, 280%.

Para ter desconto na quitação antecipada, o agricultor com dívidas em atraso vai ter que pagar as parcelas vencidas. Os prazos de pagamento, que ainda serão definidos, não vão ser longos e o governo não vai oferecer carência para as novas condições de pagamento.

Para os devedores que resistirem a aderir ao plano de repactuação, o governo vai endurecer regras e propor a inclusão das parcelas vencidas e não-pagas em dívida ativa de forma mais imediata, o que permite a cobrança judicial e a inscrição num cadastro de inadimplentes com o governo federal.

As primeiras informações do programa desagradaram a membros da bancada de ruralista do Congresso. Para alguns, as condições propostas superam a capacidade de pagamento dos produtores. A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) criticou o governo, alegando que o pacote está sendo montado sem o setor ter sido consultado. *Colaborou **EDUARDO SCOLESE**, da Sucursal de Brasília

DÍVIDA RURAL - R\$ 17 bi - em dívidas vencidas assumidas pelo Tesouro é o foco do programa de renegociação.

DIRETRIZES GERAIS - Para o devedor inadimplente: trocar a taxa básica de juros Selic por um índice atrelado à inflação, provavelmente o IPCA. Para o devedor em dia: oferecer descontos que podem chegar a 50% para quitar o saldo. *Fontes: Ministérios da Fazenda e da Agricultura e Desenvolvimento Agrário

Grandes e médios concentram as dívidas no campo - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 14/03/2008

Um mapa inédito das dívidas do setor rural brasileiro preparado pelo Ministério da Fazenda mostra que as operações em atraso nos débitos antigos, já roladas desde 1995, estão concentradas em médios e grandes produtores dos Estados do Rio Grande do Sul, Goiás, Paraná, Mato Grosso, São Paulo e Bahia.

O raio X, elaborado com dados de 29 instituições financeiras, aponta também que a maior parcela do endividamento nos programas de investimento em máquinas e equipamentos (Moderfrota e Finame Agrícola) está nas mãos dos produtores de soja e milho de Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Paraná. No caso de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, os débitos vencidos pesam mais sobre produtores de mandioca, banana, milho e soja das regiões Norte e Nordeste.

Os débitos em atraso, que somam R\$ 18 bilhões, têm uma relação bastante desigual no segmento empresarial. Um exemplo: o Programa de Securitização I, cujas dívidas foram roladas por dez anos em 1995, mostra uma concentração do passivo vencido nas dívidas acima de R\$ 200 mil.

Pelos dados, 9,4 mil contratos com esse teto respondem por R\$ 298 milhões das dívidas em atraso, enquanto outros 2,4 mil contratos acima desse teto somam a R\$ 1,68 bilhão. Ou seja, mesmo donos de uma fatia de 18% do total nesse programa, os médios e grandes têm uma dívida quase cinco vezes maior. Na Securitização II, cuja rolagem bateu em 25 anos, 1,32 mil contratos respondem por R\$ 398 milhões de débitos. Na outra ponta, 6,4 mil contratos somam R\$ 149 milhões.

A situação é ainda mais distorcida nas dívidas dos produtores com o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). Nesse caso, os 802 inadimplentes com débitos acima de R\$ 100 mil têm um saldo vencido de R\$ 139 milhões. Os demais 4 mil contratos somam um passivo próximo de R\$ 50 milhões.

Raio X das dívidas rurais				
Grandes produtores têm calote maior nos programas oficiais				
Faixa de renda	■ Securitização I (10 anos)		■ Securitização II (25 anos)	
	Contratos	Débito vencido (R\$ milhões)	Contratos	Débito vencido (R\$ milhões)
Até R\$ 200 mil	9.357	297,9	6.435	148,7
Superior a R\$ 200 mil	2.360	1.679,7	1.319	397,6
Faixa de renda	■ Funcafé		■ Cacau	
	Contratos	Débito vencido (R\$ milhões)	Contratos	Débito vencido (R\$ milhões)
Até R\$ 100 mil	4.014	49,6	6.710	43,6
Superior a R\$ 100 mil	802	139,0	919	216,9

Há ainda outro exemplo mais emblemático tanto pela demora na resolução do problema identificado nos anos 90 quanto na concentração dos débitos em poucas mãos. Os 6,7 mil produtores de cacau endividados até R\$ 100 mil, situados em sua maioria na Bahia, registram um saldo vencido de R\$ 44 milhões. No outro lado, apenas 919 contratos concentram um passivo atrasado de R\$ 217 milhões.

O governo está preocupado com essa anomalia. Por isso, tentará uma solução para reduzir o endividamento com uma proposta técnica de regionalização de uma nova

renegociação das dívidas. O objetivo é atender aos mais necessitados e poupar os cofres da União, segundo o Ministério da Fazenda. "Com esses dados, dá para iniciar um debate de regionalizar as soluções", afirmou o secretário-adjunto de Política Econômica, Gilson Bittencourt.

"Mas há um problema político porque tem pressão violenta no Congresso e uma medida que podia custar pouco fica muito cara porque temos que atender a todos os Estados". A bancada ruralista no Congresso insiste em uma solução de rolagem e carência generalizada, além de buscar a garantia de descontos para pagamento parcelado e uma espécie de recálculo das dívidas antigas para liquidação. Os parlamentares avaliam que a situação dos produtores do Sul é bem melhor que a condição de seus colegas do Centro-Oeste, sobretudo de Mato Grosso.

A avaliação da Fazenda sobre as condições financeiras dos produtores, entretanto, é bastante positiva. "Na maior parte do país, pelas atuais condições, dá para pagar as dívidas neste ano e ainda sobra", afirmou Bittencourt.

O governo acredita que o custo da nova renegociação será bem menor que as situações anteriores. Entre as alternativas avaliadas para resolver mais "um pedaço" do endividamento sem comprometer as contas públicas, está a concessão de descontos para a liquidação total das dívidas menores. "Quanto menor a dívida, maior o desconto. Com isso, economizamos em despesas operacionais. Também liberamos garantias dos produtores, que se livram dessas dívidas e evitam entrar para a dívida ativa da União", afirmou Gilson Bittencourt.

Concílio' de ruralistas para ampliar espaço no Senado - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 17/03/2008

Era para ser um jantar de lideranças ligadas ao campo brasileiro no Senado. Mas virou uma ampla reunião de representantes de vários partidos, tendências ideológicas e de densidade eleitoral bastante distintas em defesa do setor.

As oito mesas dispostas no subsolo da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), na noite da última quarta-feira, abrigaram 17 senadores, o equivalente a mais de 20% da Casa. Entre os comensais estavam os principais líderes da oposição, um influente conselheiro do governo Lula e suplentes recém-alçados à titularidade. Em nome do campo, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) comandou o convescote. Ardorosa defensora do agronegócio no Congresso, a vice-presidente da CNA envolveu os colegas nos principais temas do setor. Entre goles de uísque Black Label e de vinho Dom Laurindo safra 2005, os senadores foram "apresentados" a temas dos mais áridos e controversos, como o direito à propriedade da terra, a titulação de áreas de antigos quilombos, as relações de trabalho no campo e as candentes questões ambientais na Amazônia.

Em tom ameno, mesmo após uma madrugada insone causada pelo debate em torno da TV Brasil, Kátia Abreu foi logo ao ponto: "Temos que aumentar o número de senadores em defesa do agronegócio". Disse mais: "A agricultura não é um problema só dos produtores. É do Estado brasileiro". E emendou com uma relação de 904 projetos de interesse do setor, "convergentes" (353) e "divergentes" (372), em tramitação no Congresso.

Em alguns temas, a CNA foi ainda mais direta na catequese. Ao colega Aloísio Mercadante (PT-SP), ex-líder, conselheiro de Lula e presidente da poderosa Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Kátia Abreu, que relatou a proposta pelo fim da CPMF, ofereceu mais elementos: "Aquele PL [projeto de lei] que está lá na CAE, Mercadante, é para isso, viu?" A senadora referia-se a um projeto para sustar os efeitos de uma lei que obriga os produtores a cumprir, de forma simultânea, os graus de utilização e produtividade da terra. "Se tiver crise, não posso reduzir área plantada. Somos punidos e obrigados a sermos incompetentes", disse. O senador assentiu com a cabeça e disfarçou com um batuque na mesa, recheada de salgadinhos do concorrido bufê Sweet Cake. O Incra, comandado pelo petista Rolf Hackbart, discorda frontalmente da CNA em questões fundiárias e agrárias.

Antes de degustar a picanha maturada e o filé de robalo acompanhado de risoto de camarão, os senadores, agora brindados com a presença dos líderes tucano Arthur Virgílio (AM) e democrata Agripino Maia (RN), ouviram também apelos para "refletir" de forma "suprapartidária" algumas questões. Kátia Abreu insistiu na urgência de uma lei para regulamentar temas concorrenciais e fortalecer os poderes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). "Hoje, essa defesa é zero, um gargalo medonho. Temos que enfrentar cartéis em defensivos e fertilizantes", disse. Presidente da estratégica Comissão de Constituição e Justiça, o senador Marco Maciel (DEM-PE) apoiou a colega de partido. Com seu estilo direto e franco, a senadora avançou em assuntos de trabalho ao atacar o excesso de propostas de lei para regular o tema. "Quanto maior o aperto, mais informalidade teremos no campo. O aumento de obrigações levará a isso", alertou. Dados da CNA apontam informalidade de 55% no setor que tem 3,6 milhões de empregados. Quase uma hora depois do "concílio" rural, boa parte dos 17 senadores saiu à francesa. Entre eles, o petista Mercadante.

Preço da terra alcança média de R\$ 3.998 – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/03/2008

Áreas de grãos se destacam; valorização do hectare chega a 16,5% em 12 meses e a 26% em três anos

O agronegócio brasileiro vive um momento raro, puxado por preços internacionais recordes e volumes internos de produção nunca atingidos.

Melhor ainda, os bons ventos sopram para todos os setores, de grãos e produção de carnes a reflorestamento.

Esse cenário altamente favorável ao agronegócio puxa os preços da terra, que voltaram a registrar novas valorizações no primeiro bimestre do ano. É o que mostra o mais recente estudo do Instituto FNP sobre o setor de terras no país.

Nas avaliações de José Vicente Ferraz e Jacqueline Dettmann Bierhals, engenheiros agrônomos e analistas do Instituto FNP, o início deste ano vem sendo marcado por grandes eventos no mercado brasileiro, com investimentos tanto de empresas nacionais como de internacionais.

Em janeiro e fevereiro, o preço médio da terra foi a R\$ 3.998 por hectare no Brasil, com valorização acumulada de 26,3% nos últimos 36 meses. Em um período mais curto -de 12 meses-, a alta foi de 16,5%.

Segundo os analistas do IFNP, as terras para cultivo de grãos são as que mais têm movimentado o mercado, principalmente nas fronteiras agrícolas. E os preços estão bastante elevados, principalmente porque a soja é um dos patamares de negociação. Como a oleaginosa vive momentos de preços recordes tanto no mercado interno como no externo, acaba empurrando para cima o valor das terras destinadas ao grão. Essa disparada dos preços faz com que haja poucos negócios à vista.

Além de incentivos internos para a valorização, as áreas de grãos também são disputadas por investidores estrangeiros, principalmente de fundos. Mesmo que esses negócios acabem não se realizando, a própria prospecção torna o mercado especulativo. A presença de estrangeiros na compra de terras começa a ser mais bem avaliada, inclusive com audiência pública no Senado, como a que ocorreu no início deste mês. O Brasil não dispõe de uma legislação própria sobre a aquisição de terras por estrangeiros, mas a tendência é a ampliação das restrições, segundo analistas.

O setor de terra vive outra preocupação: o firme combate ao desmatamento da floresta amazônica. A divulgação de uma lista em janeiro, pelo Ministério do Meio Ambiente, de 36 cidades que mais desmataram, provocou a paralisação dos negócios no médio-norte de Mato Grosso e no Pará.

Outro fator de movimentação no setor de terras é a intensificação de reflorestamentos empresariais em Mato Grosso do Sul. No curto prazo, com a consolidação do setor de celulose e papel e da demanda maior por carvão, devido à entrada de uma siderúrgica na região, devem ser intensificadas as negociações de terras.

Ao contrário do setor de grãos, o de cana-de-açúcar segue em ritmo lento. Após ter puxado as valorizações nos últimos anos, a procura por terras para cana diminuiu devido à redução de preços do açúcar e do álcool. As usinas pisaram no freio nos projetos.

O que mais sobe - O estudo do IFNP mostra que as terras que mais se valorizaram nos últimos 36 meses foram as destinadas à agricultura, na região de Bauru (SP). Procurado devido à alta produtividade em grãos, o hectare dessas terras subiu para R\$ 19.030, contra R\$ 8.223 no bimestre março/abril de 2005. Entre as maiores quedas, o IFNP aponta as terras destinadas à laranja, em Bebedouro (SP). Nessa região, o hectare de terra recuou de R\$ 22.727 em março e abril de 2005 para R\$ 17.678 neste ano.

As terras mais valorizadas continuam sendo as de Campinas (SP). Um hectare para fruticultura custa R\$ 22.436. Nos últimos 12 meses, as maiores altas ocorreram nas regiões Norte (26,9%), Centro-Oeste (23,6%), Nordeste (21,3%), Sul (16,3%) e Sudeste (11,4%).

Plano Agrícola e Pecuário da Safra 2008/2009 recebe sugestões do setor privado – Sítio Eletrônico da CNA – 18/03/2008

A Secretaria de Política Agrícola (SPA) do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), iniciou consulta aos setores privados do agronegócio para subsidiar a discussão e elaboração do Plano Agrícola e Pecuário 2008/2009. Foram distribuídas mais de 200 correspondências a entidades de classe e organismos que representam de forma direta ou indireta os diversos setores do agronegócio nacional.

Publicado anualmente, o PAP reúne as diretrizes para a política agrícola do ano safra, traz revisões de instrumentos utilizados para apoio ao setor agropecuário, bem como propõe ações de fomento à atividade agrícola. O trabalho de elaboração do PAP é feito com o envolvimento de todas as secretarias do Mapa e tem como propósito tornar o plano o mais adequado possível às demandas do agronegócio brasileiro.

A partir da elaboração do PAP é possível fazer uma avaliação sistemática dos programas e das medidas implementadas pelo Governo, uma vez que permite a identificação de problemas e o oportuno ajuste às diretrizes do agronegócio. A SPA recebe até o final do mês as avaliações e propostas voltadas ao desenvolvimento do setor agropecuário e as submeterá a avaliação. As sugestões devem ser enviadas para o endereço eletrônico spa@agricultura.gov.br.

Banco do Brasil libera linha de crédito para safra 2008/09 – Sítio Eletrônico da CNA – 19/03/2008

Pelo segundo ano consecutivo, o Banco do Brasil lança linha de crédito de R\$ 1 bilhão para a antecipação de compra de insumos agrícolas a serem utilizados na safra 2008/2009. Soja e milho, que respondem por 50% da demanda por custeio, serão as culturas mais atendidas, segundo o vice-presidente de agronegócios da instituição, Luiz Carlos Guedes Pinto. Os recursos desta linha de crédito serão disponibilizados com juros de 6,75% ao ano, observados os tetos permitidos de R\$ 300 mil para as lavouras de soja e de R\$ 400 mil para as de milho.

No ano passado, foram contratados pouco mais de R\$ 556 milhões, o equivalente a 5 mil operações de cerca de R\$ 110 mil por produtor rural. A expectativa do BB é dobrar o número de operações nesta safra, já que os preços das commodities devem permanecer firmes por conta da demanda internacional.

Rolagem não vai resolver "problemas localizados" - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 19/03/2008

A nova rolagem das dívidas rurais, estimadas pelo Ministério da Fazenda em R\$ 40 bilhões, deixará de fora aproximadamente 30% dos contratos passíveis de renegociação, informou ontem o ministro da Agricultura do país, Reinhold Stephanes. "A proposta não resolve problemas localizados do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso, nem o caso do arroz", disse em reunião com 20 secretários estaduais de Agricultura, em Brasília.

No encontro, realizado no parque de exposições da Granja do Torto, Stephanes revelou parte da proposta do governo federal. Os 31.083 contratos inscritos na dívida ativa da União, que somam R\$ 7,1 bilhões, terão os encargos de multas, mora e honorários reduzidos em 50%, serão rolados por até cinco anos e contarão com descontos que variam entre 30% e 60% para a liquidação total do passivo, de acordo com o porte do produtor. "O passado será limpo, mas uns 30% [das dívidas] vão ficar para uma próxima. Teremos uma terceira ou quarta etapas pela frente porque não é fácil convencer a todos e ter soluções definitivas", observou Stephanes. O ministro admitiu que "será difícil contentar a todos" com a oferta. "Há deputados que vão manter o discurso contrário", disse ele. A bancada ruralista no Congresso prepara manifestações para o próximo dia 25, quando a proposta oficial deve ser apresentada ao setor rural.

Responsáveis por R\$ 18 bilhões em débitos vencidos, os produtores rurais, sobretudo do Estado de Mato Grosso, iniciaram um novo movimento de mobilização para tentar pressionar o governo a ampliar os benefícios do refinanciamento a outros blocos de dívidas agrícolas. O Ministério da Fazenda, entretanto, rejeita estender a renegociação a débitos com risco assumido por bancos e cogita restringir os benefícios da rolagem a descontos para quitação total. Mesmo com a maior fatia dos débitos vencidos concentrada na dívida ativa, de acordo com informações da Fazenda, há R\$ 6,4 bilhões em programas de refinanciamento lançados a partir de 1995, outros R\$ 1,58 bilhão contratados em investimentos, mais R\$ 880 milhões lastreados em fundos constitucionais e R\$ 637 milhões em operações de custeio já prorrogadas entre os anos-safra 2003/04 e 2005/06.

Contag vai ao Congresso Nacional para discutir endividamento – Sítio Eletrônico da Contag - 25/03/2008

Representantes da agricultura familiar e os grandes proprietários de terra se encontram com o governo federal, nesta terça-feira (25), pra debater propostas que possam solucionar o endividamento rural.

A reunião é uma audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. A Contag estará no Congresso Nacional e já tem posicionamento definido sobre a questão: não aceita negociar em conjunto com a agricultura patronal. "Nossa renegociação tem que acontecer em outros eixos e outros parâmetros", afirma Antoninho Rovaris, secretário de Política Agrícola da Contag.

De acordo com o governo federal, a dívida total do setor seria de R\$ 87 bilhões. Mas esse valor não incluiria as dívidas de custeio da atual safra nem os empréstimos destinados a investimentos tomados a partir de 2006. Esse levantamento mostra ainda que a dívida de R\$ 87 bilhões estaria dividida da seguinte forma: R\$ 74 bilhões provenientes de débitos da agricultura empresarial e R\$ 13 bilhões referentes ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). "É preciso que o governo se sensibilize, que os bancos tenham uma política mais justa, não podemos colocar em uma mesmo bloco um trabalhador que deve 20 mil reais e um proprietário que tem uma dívida de R\$ 1 milhão, porque isso geraria uma enorme distorção", afirma o presidente da Confederação Manoel dos Santos.

Além de parlamentares, a audiência também terá a presença de representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Banco do Brasil, da Organização das Cooperativas Brasileiras e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

PROPOSTA DO GOVERNO PARA ENDIVIDAMENTO RURAL CONTEMPLA A RENEGOCIAÇÃO DE R\$ 56,2 BILHÕES – Sítio Eletrônico do MAPA – 25/03/2008

Brasília (25.3.2008) - O Governo Federal apresentou, nesta terça-feira (25), aos representantes do Legislativo Federal e do setor produtivo agropecuário, proposta para o equacionamento do endividamento rural. A proposta, elaborada em conjunto pelos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, contempla a renegociação de R\$ 56,2 bilhões do montante total de R\$ 87,5 bilhões estimado pela área econômica.

Um dos objetivos é o equacionamento das dívidas com risco da União ou dos Fundos Constitucionais. Entre as principais medidas, destacam-se a redução dos encargos de inadimplemento incidentes sobre o saldo devedor vencido; a diluição do saldo devedor vencido nas parcelas vincendas; a concessão de prazo adicional para pagamento das dívidas de alguns programas; a redução das taxas de juros das operações com encargos mais elevados; e descontos para liquidação das operações antigas com risco da União.

A proposta separa a dívida rural em dois grupos. O primeiro, de R\$ 74,5 bilhões da agricultura empresarial e das operações efetuadas anteriormente à criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); e o segundo, de R\$ 13 bilhões das operações efetuadas no âmbito do Pronaf, Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) e Crédito Fundiário.

As principais diretrizes da renegociação:

Os descontos concedidos às operações antigas, efetuadas com risco da União ou dos Fundos Constitucionais, serão inversamente proporcionais ao valor das dívidas: quanto menor o valor devido, maior o desconto para quitação antecipada;

Dar condições para que os mutuários inadimplentes voltem à situação de adimplência, por meio de benefícios como a quitação antecipada das operações;

Substituir o indexador das operações de crédito em situação de inadimplência que hoje é a Taxa Média Selic (TMS) mais 1% ao ano, pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) mais 6% ao ano;

Os prazos para que os mutuários manifestem interesse em aderir ao processo de reestruturação do endividamento, o pagamento do valor mínimo exigido para renegociação do saldo vencido e o prazo para os agentes financeiros formalizarem as renegociações serão definidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). As datas indicativas são 30/09/2008 (para solicitação do interesse) e 30/12/2008 (para pagamento do valor mínimo pelo produtor e formalização da renegociação pelo agente financeiro);

Os contratos em situação de inadimplência serão mantidos nesta condição até data em que ocorrer a liquidação da operação ou a renegociação da dívida. (*Katja Polisseni*)

*Confira a linha do tempo do endividamento rural.

Governo propõe renegociação de dívidas – Sítio Eletrônico do MDA – 25/03/2008

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, participou nesta terça-feira (25) da apresentação da proposta do Governo Federal referente à renegociação de dívidas da agricultura brasileira, no Ministério da Fazenda, em Brasília. Os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, também participaram do encontro, em que estiveram o presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara, o deputado federal Onyx Lorenzoni, o presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, senador Neuto De Conto, parlamentares e dirigentes de entidades representativas do setor agrícola.

Foi agendada nova reunião técnica, na quinta-feira (27), para avaliação da proposta com as comissões de Agricultura da Câmara e do Senado, além de técnicos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Fazenda (MF) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Nos dias seguintes, é prevista outra reunião sobre o assunto. Estão incluídas na proposta apresentada nesta terça-feira operações de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) e do Crédito Fundiário/Banco da Terra, do MDA.

Os principais números da proposta

- Propostas que visam facilitar a adimplência de contratos em situação de inadimplência, com redução dos encargos de inadimplemento:

Até 837 mil contratos, envolvendo até R\$ 9,15 bilhões.

Securitização I e II, PESA, Funcafé-Daçaõ, Recoop, Programa do Cacau, Fundos Constitucionais, Pronaf – todos os grupos, Crédito Fundiário, Banco da Terra e Procera.

- Propostas que concedem descontos para liquidação da operação:

Até 421 mil contratos, envolvendo até R\$ 20,8 bilhões.

Securitização I e II, Funcafé Daçaõ, Programa do Cacau, Recoop, Pronaf Custeio A e A/C contratadas até 31/12/2002, Procera e Dívida Ativa da União.

- Propostas que concedem prazo adicional para pagamento:

Até 1.386 mil contratos, envolvendo até R\$ 30,2 bilhões.

Funcafé-Daçaõ, Programa do Cacau, Securitização I, Fundos Constitucionais (inadimplentes), Pronaf – todos os grupos (inadimplentes) e Dívida Ativa da União.

- Propostas que reduzem as taxas de juros dos contratos atuais:

Até 198 mil contratos, envolvendo até R\$ 13,6 bilhões.

FAT Integrar, Moderfrota, Finame Agrícola Especial, Crédito Fundiário, Banco da Terra e custeios prorrogados contratados com recursos da Poupança Rural com taxa de juros livres.

TOTAL de Operações que poderão ser beneficiadas com algum tratamento pelo Governo:

Até 2.155 mil contratos, envolvendo até R\$ 56,3 bilhões

Securitização I e II, PESA, Recoop, Funcafe Daçaõ, Dívida Ativa da União, Programa do Cacau, Fundos Constitucionais (inadimplentes), Procera, Finame Agrícola Especial, Moderfrota, FAT Integrar, Crédito Fundiário, Custeio prorrogado com recursos da Poupança Rural – Taxas livres, Pronaf - todos os grupos (inadimplentes).

Direção do BNDES recebe trabalhadores rurais no Rio de Janeiro – Sítio Eletrônico da Contag - 26/03/2008

Depois da manifestação realizada na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na manhã desta quarta-feira, 26/3, uma comissão de trabalhadores rurais ligados a Contag e outros movimentos sociais foram recebidos pela direção do banco.

A pauta apresentada ao diretor de Desenvolvimento Social, Elzio Gaspar, questionava principalmente a expansão da monocultura financiada pelo BNDES do eucalipto e da cana na região sudeste. "Eles assumiram o compromisso de criar um grupo de trabalho para discutir o assunto", contou Paulo Caralo, secretário de Política Agrária e Meio Ambiente da Contag, que participou da audiência no Rio de Janeiro.

Os manifestantes ainda saíram do encontro com outra reunião agendada para o dia 4 de abril, quando a pauta será discutida ponto a ponto. "Queremos criar mecanismos para impedir o financiamento do agronegócio na região que desprezam as questões sociais, ambientais e trabalhistas", declara Caralo.

Pró-agricultura familiar. Durante o encontro, os manifestantes ainda expressaram como se sentem desprezados pelo Banco em relação aos investimentos e empréstimos dos projetos ligados a agricultura familiar e a reforma agrária. "Estamos reivindicando também recurso para a região".

A manifestação contou com a participação de aproximadamente 400 trabalhadores rurais de diferentes movimentos sociais dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais. Juntos, eles lutam contra a ordem de prioridade nos financiamentos do BNDES que vêm privilegiando o agronegócio e as grandes empresas de capital privado.

Trabalhadores rurais fazem manifestação na sede do BNDES – Sítio Eletrônico da Contag - 26/03/2008

Centenas de trabalhadores rurais e representantes de movimentos sociais devem participar hoje (26), a partir das 10h, no Rio, de manifestação na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os manifestantes fazem parte da Rede Alerta contra o Deserto Verde Fluminense e de movimentos sociais de luta pela reforma agrária, entre eles, a Contag e a Fetag/RJ. O protesto é contra a ordem de prioridade nos financiamentos do BNDES, que, de acordo com os manifestantes, vêm privilegiando o agronegócio e as grandes empresas de capital privado.

Uma comissão será recebida, em audiência já agendada, pela presidência do BNDES. Nela, será entregue uma carta aberta, com as reivindicações dos trabalhadores.

MDA DISCUTE EM CHAPECÓ A IMPLANTAÇÃO DO PRONAF SISTÊMICO - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetraf Sul – 26 de março de 2008

O Secretário Nacional da Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário, Adoniram Peraci, estará em Chapecó nesta quinta-feira (27.03), a partir das 10h, no Seminário Diocesano. O encontro tem o objetivo de apresentar e debater o “Plano de Desenvolvimento da Unidade Familiar” - PRONAF Sistemico.

O novo programa do Governo Federal visa financiar o conjunto da propriedade em uma única operação de crédito e ainda proporcionar um desenvolvimento ambiental equilibrado. Esse debate é muito importante para agricultura familiar, pois o PRONAF Sistemico pode se tornar um dos principais instrumentos de política de financiamento público, que contribua para o planejamento e organização da propriedade do agricultor familiar de forma integrada e menos fragmentada.

“O Pronaf Sistemico será uma linha de crédito rural de custeio e investimento para atividades agropecuárias e não-agropecuárias, sendo que permitirá financiar um conjunto de despesas que estejam conceituadas como manutenção do agricultor e de sua família”, destaca o Coordenador Geral da Fetraf-Sul, Altemir Tortelli.

Governo vai renegociar R\$ 56,2 bi em dívidas rurais – Luciana Otoni – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/03/2008

Proposta abrange 64,23% do débito dos agricultores

O governo propôs ontem renegociar R\$ 56,2 bilhões em dívidas rurais. O valor se refere a débitos agrícolas vencidos e a vencer.

A proposta foi considerada positiva pelos representantes dos produtores rurais. Eles avaliaram, porém, que faltam condições atrativas para pagamento, a exemplo de um prazo de carência para quitação dos débitos.

A versão do governo para o programa de rolagem das dívidas rurais, apresentada ontem a representantes do setor, abrange 64,23% das dívidas rurais vencida e a vencer, que somam R\$ 87,5 bilhões. Desse estoque, R\$ 13 bilhões são débitos de pequenos agricultores ou pecuaristas e R\$ 74,5 bilhões são dívidas contratadas por médios e grandes produtores.

Para os produtores com débitos em atraso, a proposta é substituir a taxa Selic mais 1% ao ano pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) mais 6% ao ano, a partir da data de pagamento da primeira parcela vencida. Para os que estão com os contratos em dia, o governo vai oferecer descontos cujos percentuais serão inversamente proporcionais ao valor da dívida. Ou seja, quanto menor o saldo devedor, maior o desconto.

"Gordura" - Em relação às condições de pagamento destinadas aos inadimplentes, o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) disse que a troca de indexadores irá retirar "gordura das dívidas" e que a mudança levará a uma redução de até 70% no valor de alguns débitos.

O ministro disse que técnicos das comissões de Agricultura do Senado e da Câmara irão se reunir ao longo da semana com representante dos ministérios da Agricultura e da Fazenda para estudar a possibilidade de ajustes no plano apresentado. O governo não informou o custo da proposta.

A versão final do programa de renegociação, o quarto da administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vai ser anunciada oficialmente na próxima segunda-feira, quando parlamentares da bancada ruralista e representantes do setor voltam a se reunir com o Stephanes e o ministro Guido Mantega (Fazenda).

Entre os ajustes, os produtores reivindicam prazo de carência para o produtor reiniciar os pagamentos. Também citam que a troca da Selic (hoje de 11,25% ao ano) mais 1% pelo IPCA (4,46% em 2007) mais 6% ao ano precisa ser aperfeiçoada porque a substituição acaba resultando em percentuais bem próximos.

A despeito dessas críticas, parlamentares e representantes fizeram uma avaliação preliminar favorável. O presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), Fábio Meirelles, disse que a proposta é viável.

Integrantes da bancada ruralista, os deputados Abelardo Lupion (DEM-PR) e Onyx Lorenzoni (DEM-RS) comentaram que a proposta é complexa e precisa ser analisada em detalhes, mas que representa um ponto de partida para a negociação com o governo.

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) avaliou as propostas como positivas, mas disse que é preciso que o governo aceite definir prazos de carência.

As novas condições para a renegociação das dívidas rurais vão ser implementadas por medida provisória. A proposta é que os produtores tenham prazo até 30 de setembro para manifestar interesse em aderir ao programa. A data-limite para pagar a primeira parcela do novo acordo é 30 de dezembro.

Limitado, plano de rolagem do governo frustra ruralista - Mauro Zanatta e Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Agronegócios - 26/03/2008

Três meses após comprometer-se com "soluções definitivas" para o endividamento do campo, o governo apresentou ontem aos parlamentares da bancada ruralista, e sob forte pressão de um grupo de 1 mil produtores, a proposta de um novo refinanciamento dos débitos rurais.

Os benefícios do governo serão estendidos a 2,15 milhões de contratos, que somam um total de R\$ 56,3 bilhões em dívidas. As medidas abrangem R\$ 18 bilhões em débitos

vencidos de 920 mil contratos - 611,4 mil vinculados a produtores familiares e assentados da reforma agrária, no total de R\$ 1,34 bilhão, e 308,1 mil contratos da chamada agricultura empresarial, que somam R\$ 16,63 bilhões.

A proposta do Ministério da Fazenda, que será debatida pelas lideranças ruralistas nesta semana, prevê descontos para dívidas antigas com risco da União, redução de encargos de operações inadimplentes para os saldos vencidos e a rolagem do saldo devedor com prazo adicional, além da redução de juros para as operações com encargos mais elevados.

Os devedores junto aos fundos constitucionais e o Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (Funcafé) terão descontos maiores para dívidas menores. O governo trocará o indexador dos contratos. Sai a Selic mais 1% ao ano e entra a IPCA mais 6% a partir do vencimento da parcela. O objetivo é desestimular a inadimplência. Além disso, o produtor terá que pagar um "pedágio" sobre saldo vencido para aderir à renegociação e terá prazo até 30 de setembro para formalizar adesão. Os contratos inadimplentes ficam nessa condição até pagamento do "pedágio".

A nova rolagem, cujo custo não foi divulgado pelo governo, será bancada com recursos do Tesouro, fundos constitucionais e Funcafé. As operações com risco dos bancos dependerão de negociações diretas com as instituições financeiras.

Mesmo considerando que o setor vive um momento de recuperação da renda agrícola com "preços superiores" a safras passadas, sobretudo no caso de soja e milho, e uma conseqüente "melhoria do poder de compra" expresso na retomada de investimentos e nos recordes de vendas de insumos, o governo aceitou incluir na repactuação as dívidas já roladas desde 1995.

São programas como securitização I e II, Pesa, Recoop, Funcafé, cacau, fundos constitucionais (inadimplentes), Procera, Finame Agrícola Especial, Moderfrota, FAT Integrar, Crédito Fundiário e Pronaf (inadimplentes). Estão cobertos os custeios prorrogados com recursos da poupança rural e as dívidas ativas da União.

"As propostas não agradaram. Estão muito longe do que queríamos. Vamos ter de negociar um pouco mais para evitar uma ação no Congresso", afirmou o deputado Homero Pereira (PR-MT), presidente da comissão de endividamento da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA). Ele promete manter a mobilização dos produtores até uma "proposta palatável" do governo.

O governo acredita que a nova rolagem, que não contempla a parcela de R\$ 11 bilhões do estoque de dívidas com vencimento previsto para 2008, será possível pela "folga" nas contas dos produtores. O Ministério da Fazenda avalia que os produtores gastarão, em média, 7,7% da renda agrícola das lavouras em 2008 com dívidas antigas. A diferença, segundo o governo, pode ser usada para pagar os custeios da safra 2007/08.

A proposta inclui redução de encargos de 837 mil contratos vencidos, o que somaria até R\$ 9,15 bilhões em dívidas antigas, fundos e agricultura familiar. Além disso, prevê descontos para liquidação da operação para 421 mil contratos, que somariam até R\$ 20,8 bilhões, inclusive de dívidas ativas da União. Também há previsão para rolagem de 1,39 milhão de contratos, envolvendo até R\$ 30,2 bilhões. E redução das taxas de juros para 198 mil contratos atuais no total de até R\$ 13,6 bilhões.

BNDES se compromete a criar “cláusula socioambiental” – Agencia Carta Maior –
Maurício Thuswohl - 27/03/2008

RIO DE JANEIRO – Uma manifestação com cerca de 300 trabalhadores rurais e militantes dos movimentos sociais fluminense, mineiro e capixaba ocupou na quarta-feira (26) a entrada da sede do BNDES no Rio de Janeiro para protestar contra a política de financiamento do banco. Representantes de organizações como o MST, a Contag, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, entre outras, divulgaram durante a manifestação uma carta aberta ao BNDES, na qual criticam a concessão de dinheiro público para financiar as monoculturas da soja, da cana e do eucalipto que “contribuem para a destruição da Mata Atlântica, do Cerrado e da Amazônia”.

Uma comissão com oito representantes dos movimentos sociais foi recebida pelo diretor de Inclusão Social do BNDES, Élvio Gaspar, e pelo superintendente de Responsabilidade Social e Ambiental do banco, Ricardo Henriques. Após ouvir de seus interlocutores que diversas empresas financiadas pelo banco contribuem para a exclusão social e para a degradação do meio ambiente, os dirigentes do BNDES se comprometeram a trabalhar para a criação de uma “cláusula socioambiental” que esteja presente em todos os contratos firmados. Essa cláusula seria feita nos moldes da Cláusula Social, criada pelo banco no ano passado para impedir o financiamento a empresas envolvidas em denúncias de racismo, preconceito de gênero, trabalho escravo e trabalho infantil.

A direção do banco se comprometeu a criar um grupo de trabalho para elaborar a “cláusula socioambiental” ainda este ano. A promessa agradou aos movimentos: “Avançamos na discussão sobre a criação de um mecanismo que impeça o financiamento a projetos ou empresas que agredam o meio ambiente. A cláusula socioambiental deverá ser usada tanto previamente quanto durante a execução dos contratos, que poderão ser interrompidos”, afirma Sérgio Ricardo de Lima, que é dirigente da Rede Alerta Contra o Deserto Verde no Rio e integrou a comissão recebida pela direção do BNDES.

Outro ponto levado ao conhecimento do BNDES foi o repúdio dos movimentos sociais ao eventual financiamento de R\$ 1 bilhão à empresa Aracruz Celulose para que esta se instale no Rio de Janeiro. A direção do banco, no entanto, afirmou que até agora nenhum pedido de financiamento feito pela Aracruz chegou ao conhecimento do Conselho de Crédito do banco: “Nós procuramos mostrar ao BNDES que, se financiar a Aracruz e os conhecidos danos sociais e ambientais trazidos pela empresa, o banco viverá uma profunda contradição entre a política socioambiental divulgada publicamente e sua prática”, conta Sérgio Ricardo.

A mobilização contra a Aracruz chegará também à Justiça. Nos próximos dias, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) movida pela Contag, com o apoio das demais organizações, será protocolada no Tribunal Regional Federal (TRF) para tentar anular a lei, aprovada em junho do ano passado pelos deputados do Rio de Janeiro, que criou regras para facilitar a introdução da silvicultura nas regiões Norte e Noroeste do estado.

Uma nova reunião entre os representantes dos movimentos sociais e a direção do

BNDES foi marcada para o dia 4 de abril. Até lá, o banco pretende consolidar algumas propostas para a construção de uma agenda de financiamento para pequenos projetos ligados à agricultura familiar, além de avançar na discussão sobre a criação da “cláusula socioambiental”.

A abertura do diálogo com o banco foi comemorada pelos movimentos: “Percebe-se uma mudança na cultura do BNDES, fato que já possibilitou a criação da Cláusula Social no ano passado. Não se muda a posição de um gigante de uma hora pra outra, mas o canal de diálogo está aberto. Nesse sentido, o resultado da manifestação foi muito positivo”, avalia Sérgio Ricardo.

Veja as reivindicações feitas pelos movimentos sociais na carta aberta enviada ao BNDES:

- A abertura de linha permanente de investimento do BNDES em agricultura familiar com cronograma definido, para financiamento e apoio a projetos e políticas públicas, tais como:

- Construção de agroindústrias de pequeno e médio porte sob gestão dos assentamentos e agricultores familiares organizados em associações e cooperativas de produção;

- Investimentos em pesquisa e tecnologia na área de agroecologia; e fortalecimento da assistência técnica rural de caráter público;

- Implantação de programas de fomento ao ensino rural e estruturação de escolas agrícolas agroecológicas nos principais municípios predominantemente agrícolas.

- Apoio ao cooperativismo agrícola e a implantação de empreendimentos cooperados.

- Desenvolvimento de programas de recuperação das áreas degradadas e das matas ciliares (principalmente aquelas degradadas por projetos industriais financiados pelo próprio BNDES);

- Investimentos em infra-estrutura para a produção agrícola de gêneros alimentícios saudáveis;

- Apoio à construção de micro-usinas para produção de agrocombustíveis a partir do óleo vegetal, dentro da diversidade da produção, visando à soberania energética para os agricultores;

- Financiamento de projetos e programas destinados à reconversão das terras indígenas que foram retomadas por decisão da Justiça Federal da Aracruz Celulose, em Aracruz (ES) com base em sistemas produtivos agroflorestais, do cooperativismo e da Economia Solidária;

- Realização de Auditorias socioambientais independentes (a serem realizadas por universidades e centros de pesquisa públicos, etc) em todos os empreendimentos financiados pelo BNDES, com garantia de ampla divulgação destes estudos e compromisso de reparação dos impactos provocados, bem como seu envio para tomada de providências por parte dos Ministérios Públicos Estadual e Federal (Procuradoria Geral da República);

- Exige-se que o BNDES se comprometa a realizar audiências públicas com a população dos territórios e nos municípios e regiões onde se prevê a implantação de grandes projetos privados financiados ou em via de financiamento pelo Banco.

Renegociação rural custa até R\$ 7 bi – Luciana Otoni – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/03/2008

Programa de saneamento de dívidas dos agricultores anunciado pelo governo deve atingir R\$ 56,2 bi - Agricultor que está em dia com a quitação de seus financiamentos receberá oferta de desconto para antecipar pagamentos

O programa de saneamento de R\$ 56,2 bilhões em dívida rurais proposto pelo governo federal deve ter custo entre R\$ 4 bilhões e R\$ 7 bilhões para os cofres públicos, segundo informações preliminares dos ministérios da Fazenda e da Agricultura.

O impacto fiscal da repactuação dos débitos agrícolas para o Tesouro Nacional leva em conta medidas destinadas a recuperar parte de R\$ 9,15 bilhões em dívidas em atraso e descontos no saldo devedor dos produtores rurais que estão com os contratos em dia.

Para produtores com dívidas atrasadas, a proposta é trocar a taxa Selic mais 1% ao ano pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) mais 6% ao ano, eliminar multas e encargos financeiros específicos, a exemplo da cobrança de preço mínimo por atraso no pagamento.

Para quem está em dia, vão ser oferecidos descontos para pagamento antecipado do saldo devedor. No Ministério da Fazenda, a avaliação é que a agropecuária passa por uma fase de prosperidade, e que os produtores dispõem de renda para quitar débitos atrasados e antecipar pagamentos devidos.

Em uma avaliação preliminar, a indicação da Fazenda é que a adesão deverá ser de aproximadamente 30% se considerado o número de 2,155 milhões de contratos que podem ser repactuados. Dos R\$ 56,2 bilhões que vão ser objeto da renegociação, cerca de R\$ 32 bilhões são dívidas assumidas pelo Tesouro e por fundos constitucionais.

O restante está distribuído entre bancos comerciais e federais, com concentração dos contratos no Banco do Brasil. O secretário-adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, informou que R\$ 9,15 bilhões compõem dívida atrasadas distribuídas em 837 mil contratos.

Caso as condições propostas sejam aceitas, os ministérios da Fazenda e da Agricultura querem que produtores rurais inadimplentes regularizem sua situação para, a partir disso, fazerem nova rolagem de dívida com possibilidade de desconto para pagamento antecipado ou alongamento do prazo da dívida que ainda vai vencer.

Liquidação antecipada - Considerando isso, 421 mil contratos envolvendo R\$ 20,8 bilhões poderão ter acesso a descontos para liquidação antecipada.

Outros 1.386 contratos, abrangendo R\$ 30,2 bilhões em dívidas, poderão ser objeto de negociação para prazo adicional para pagamento. A troca da Selic pelo IPCA pode incluir até 198 mil contratos, envolvendo até R\$ 13,6 bilhões. Ao fazer essa discriminação, os ministérios da Fazenda e da Agricultura adotaram, em alguns casos, dupla contagem. Ou seja, um mesmo contrato pode ter acesso a desconto e a alongamento de prazo. A intenção do governo é formalizar as condições da repactuação até a próxima segunda-feira. Dificilmente, porém, esse cronograma vai ser mantido. Os ministérios que conduzem a renegociação reconhecem que as medidas são complexas e deverão exigir maior nível de detalhamento.

STEPHANES: RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA RURAL ESTÁ NO CAMINHO CERTO – Sítio eletrônico do MAPA – 27/03/2008

Brasília (27.3.2008) - O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes disse há pouco que a renegociação da dívida rural está no caminho certo. "A proposta do governo engloba a estrutura geral de todo o endividamento dos últimos 30 anos e está sendo construída em conjunto pelos ministérios da Agricultura, e da Fazenda, Banco do Brasil e parlamentares das Comissões da Agricultura da Câmara dos Deputados e do Senado. Setenta por cento dos casos estão encaminhados", explicou.

As declarações do ministro foram feitas em entrevista, no início desta tarde, no programa "Pergunta Brasil" do Canal Rural, que destacou as ações do Mapa durante um ano de gestão de Stephanes, completados nesta quinta-feira (27). Ainda com relação ao endividamento agrícola, o ministro afirmou que o governo chamará os bancos privados para negociar a fim de que estas instituições dêem o encaminhamento da dívida conforme os bancos oficiais.

Stephanes ressaltou ainda que, no último ano, o Brasil avançou em sanidade animal e vegetal com programas de combate à febre aftosa e outras doenças que atingem tanto o rebanho quanto os produtos vegetais. Ele destacou a prioridade de recursos para área e a autoridade concedida ao sistema de defesa agropecuária.

Fiscais - Sobre o reajuste para os fiscais agropecuários, o ministro da Agricultura reiterou a importância de se manter o diálogo e o trabalho realizado por estes profissionais, como reforço à nova sistemática do controle do leite (que passou processo de fraude no ano passado) e a erradicação da aftosa, entre outros.

Com relação aos preços dos insumos agrícolas, fertilizantes e adubos, o ministro esclareceu que o Brasil é dependente de importação de uma grande quantidade desses produtos, concentrados em poucas empresas. Stephanes disse que o Mapa tem um grupo de

inteligência que estuda o problema e acredita "que nos próximos meses teremos propostas para resolver o problema em médio e longo prazos".

Além desses, foram abordados temas, como exportação de carne para a União Européia, preço do arroz, subsídios agrícolas, a recuperação da lavoura de cacau e a importância da agricultura na balança comercial brasileira. *(Da Redação)*

VOTO AGRÍCOLA DO CMN CONTEMPLA RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA RURAL – Sítio Eletrônico do MAPA – 27/03/2008

Brasília (27.3.2008) - O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, nesta quinta-feira (27), voto que concede prazo adicional até 30 de junho para as operações de crédito rural com risco do Tesouro Nacional, dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro Oeste e do Funcafé: Securitização I e II, Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) e Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção (Recoop).

A proposta contempla as prestações vencidas ou vincendas no período de 2 de janeiro a 30 de junho. A ampliação do prazo para a liquidação dessas parcelas, ocorre em razão da necessidade de tempo adicional para concluir a renegociação da dívida rural. O Governo Federal apresentou, nesta terça-feira (25), aos representantes do Legislativo Federal e do setor produtivo agropecuário, proposta para o equacionamento do endividamento rural.

Elaborada em conjunto pelos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, a proposta contempla a renegociação de R\$ 56,2 bilhões do montante total de R\$ 87,5 bilhões estimado pela área econômica. Uma nova rodada de negociações está prevista para o dia 31 de março, quando o setor produtivo apresentará sugestões ao Governo. *(Katja Polisseni)*

Trabalhadores fazem manifestação na sede do BNDES – Sítio Eletrônico do MST – 27/03/2008

Nesta quarta-feira, dia 26/3, centenas de trabalhadores rurais e representantes de movimentos sociais protestam na sede do BNDES contra os privilégios cedidos ao agronegócio. Os manifestantes fazem parte da Rede Alerta Contra o Deserto Verde Fluminense e de diversos Movimentos Sociais de Luta pela Reforma Agrária, como MST, Fetag, MTL e Contag, além de movimentos Quilombolas e Indígenas.

Logo no início do ato, a polícia foi acionada e o trabalhador rural ligado ao MST chegou a ser detido por uma hora. A Tropa de Choque está no local neste momento.

O protesto tem por objetivo se manifestar contra a ordem de prioridades nos financiamentos do BNDES, que vêm privilegiando o agronegócio e as grandes empresas de capital privado. O dinheiro público, através do BNDES, está bancando financiamentos bilionários para implementação de monoculturas predatórias de eucalipto e cana de açúcar.

Uma comissão será recebida em audiência, já agendada, pela Presidência do BNDES. Nela, será entregue uma carta aberta, contendo as reivindicações dos trabalhadores. A carta também será entregue à população.

Na carta estão contidas várias propostas alternativas ao modelo agrícola exportador. Os movimentos sociais do campo e da cidade exigem do BNDES o financiamento para o fomento da agricultura familiar e da produção agro-ecológica. Além disso, condenam o pedido de financiamento de R\$ 1 bilhão feito pela empresa Aracruz Celulose para sua instalação no Estado do Rio de Janeiro. Este projeto conta com o apoio do governador Sérgio Cabral, quem não tem promovido nenhum tipo de ação para o fomento da agricultura familiar.

À tarde, os manifestantes seguem em marcha até o Tribunal Regional Federal, onde ingressarão com uma ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade). A ADIN é contra a lei do Governo do Estado que favorece, exclusivamente, os interesses econômicos da Aracruz Celulose. A nova lei estadual autoriza o plantio de eucalipto em larga escala, sem obrigatoriedade do licenciamento ambiental.

Carta aberta à população e propostas dos movimentos sociais para o BNDES

Os Movimentos sociais, sindicais e organizações que promovem este ato público, vêm denunciar e cobrar providências para que terminem os impactos provocados por projetos e empreendimentos industriais financiados pelo BNDES em benefício da indústria de celulose, do etanol, do latifúndio e do agronegócio.

Estamos absolutamente conscientes da necessidade de alteração nos rumos do desenvolvimento do governo brasileiro, ancorado hoje nas grandes monoculturas, no agronegócio e na produção de insumos semi-elaborados para a exportação.

Este modelo agro-exportador além de não romper com a inserção subordinada do país na divisão internacional do trabalho, representa uma insustentável exploração dos recursos naturais, além de desestruturar a agricultura familiar e camponesa e de expropriar os povos tradicionais (povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais etc.) dos meios necessários a sua conservação.

Atualmente, o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - opera como o principal financiador de longo prazo do desenvolvimento brasileiro, e é, portanto, co-responsável por este modelo predatório vigente. Ao financiar projetos impactantes e destruidores do meio ambiente e que tem servido para aumentar a pobreza no campo e a exclusão social, que tem contaminado o solo, as águas e trabalhadores(as) com agrotóxicos, o BNDES passa legalmente a ser sócio da poluição que financia!

Em razão disso, as organizações e movimentos aqui representados exigem do Banco uma radical e profunda reorientação de sua política operacional em favor do financiamento de um desenvolvimento voltado para a desconcentração da riqueza, especialmente para a produção familiar e camponesa no campo. Ao mesmo tempo, exigem que o BNDES não financie os investimentos que a empresa Aracruz Celulose pretende realizar no estado do Rio de Janeiro onde, inclusive, já foi anunciado apoio público, via imprensa, do Governador Sérgio Cabral (PMDB) a pedido de financiamento da poluidora Aracruz Celulose de mais de R\$ 1 bilhão do BNDES.

A instalação desta empresa multinacional em terras Fluminenses, no ano de 2007, foi patrocinada pelo governo do Estado, que expediu uma lei inconstitucional autorizando sua instalação, a qual está sendo realizada em terras destinadas à agricultura familiar e à reforma agrária.

Os recursos públicos administrados pelo BNDES não podem ser utilizados sem critérios técnicos e legais e desrespeitando a legislação ambiental em vigor, violando flagrantemente o Princípio da Precaução reconhecido internacionalmente e em plena vigência em nosso país, em favor de uma irresponsável e destruidora expansão dos

monocultivos predatórios de eucaliptos (produção de celulose), e de cana-de açúcar (produção de etanol), e assim mantendo inalterado o poluidor e colonialista modelo exportador de matérias-primas, lamentavelmente ainda adotado pelo governo brasileiro.

Além da crítica contundente ao atual modelo econômico capitalista vigente no país, também estamos apresentando à Direção do BNDES uma pauta de reivindicações elaborada pelos movimentos sociais rurais e urbanos para assegurar maior investimento público que atenda às legítimas demandas dos pequenos agricultores familiares e dos assentamentos da reforma agrária, que apesar de serem responsáveis pela produção da maioria dos alimentos consumidos nas cidades brasileiras e gerarem trabalho e renda para milhares de famílias, dificilmente conseguem ter acesso a esses recursos públicos, oriundos de impostos e contribuições sociais pagas pela população trabalhadora brasileira.

Queremos:

1- A abertura de linha permanente de investimento do BNDES para a Agricultura Familiar com cronograma definido, para financiamento e apoio a projetos e Políticas Públicas, tais como:

- Construção de agroindústrias de pequeno e médio porte sob gestão dos assentamentos e agricultores familiares organizados em associações e cooperativas de produção;

- Investimentos em pesquisa e tecnologia na área de Agroecologia;

- Implantação de programas de fomento ao ensino rural e estruturação de escolas agrícolas agro-ecológicas nos principais municípios agrícolas.

- Apoio ao cooperativismo agrícola e a implantação de empreendimentos cooperados.

- Desenvolvimento de programas de recuperação das áreas degradadas e das matas ciliares (principalmente aquelas degradadas por projetos industriais financiados pelo próprio BNDES);

- Investimentos em infra-estrutura para a produção agrícola de gêneros alimentícios saudáveis.

- Apoio à construção de micro-usinas para produção de agro-combustíveis a partir óleo vegetal, dentro da diversidade da produção, visando a soberania energética para os agricultores.

- Financiamento de projetos e programas destinados à reconversão das terras indígenas que foram retomadas por decisão da Justiça Federal da Aracruz Celulose, em Aracruz/ES, com base em sistemas produtivos agro-florestais, do cooperativismo e da Economia Solidária.

- Realização de Auditorias Sócio-Ambientais independentes (a serem realizadas por universidades e centros de pesquisa públicos, etc) em todos os empreendimentos financiados pelo BNDES, com garantia de publicização destes estudos e compromisso de reparação dos impactos provocados, bem como seu envio para tomada de providências por parte dos Ministérios Públicos Estadual e Federal (Procuradoria Geral da República).

- Exige-se que o BNDES se comprometa a realizar audiências públicas com a população dos territórios e nos municípios e regiões onde se prevê a implantação de grandes projetos privados financiados ou em via de financiamento pelo Banco.

Atenciosamente,

Rede Alerta contra o Deserto Verde Fluminense e do Espírito Santo - CONTAG - Via Campesina - MST/RJ - FETAG/RJ e S indicatos Rurais - MTL - Sindipetro/RJ - Ibase - entidades da Plataforma BNDES - Rede Brasileira de Justiça Ambiental - VERDEJAR-Proteção Ambiental e Humanismo - AS-PTA - Bicuda Ecológica - Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB-RJ) - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) - Grupo de Agricultura Ecológica (GAE)/UFRRJ - Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida do Povo Trabalhador da Zona Oeste e da Baía de Sepetiba - FEAB-Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil - CEDRO (Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável Ltda) - Central de Movimentos Populares (CMP) - Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola - Omar Serrano, Ambientalista Niterói (RJ), Virginia Fontes, Historiadora.

Rolagem pode custar até R\$ 7 bi - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 27/03/2008

A proposta de renegociação de R\$ 56,3 bilhões em dívidas rurais, divulgada pela Fazenda, custaria até R\$ 7 bilhões aos cofres do Tesouro nos próximos 17 anos, apurou o Valor. O custo decorre de vantagens como descontos adicionais nas dívidas, bônus para liquidação total, rolagem dos débitos e carência no prazo de pagamento.

Ainda assim, os ruralistas estão insatisfeitos e querem fazer vingar proposta da Comissão de Agricultura da Câmara e entidades do setor que poderia custar até R\$ 30 bilhões, segundo fontes do governo. A bancada ruralista está centrada em reforçar o lobby por uma "reavaliação geral" nos termos do plano do governo. Os parlamentares já buscam apoio extra dos líderes de partidos da base de sustentação do governo. Também há pressões e ameaças de votar, direto no plenário da Câmara, projeto de renegociação ainda mais amplo, hoje engavetado na Casa.

Às vésperas das eleições municipais, quando dependerão dos votos de produtores para eleger prefeitos aliados, aposta-se que as lideranças partidárias tendam a ficar do lado dos ruralistas. "Essa proposta é fruto da cabeça de uma pessoa, não é consenso nem mesmo no governo", afirma o deputado Homero Pereira (PR-MT), da comissão de avaliação do endividamento rural da CNA.

Os deputados dizem que a proposta oficial desconsidera o recálculo de dívidas inchadas por planos econômicos frustrados, concede descontos para liquidação muito tímidos e, em alguns casos, até eleva os encargos financeiros do produtor. "O ministro [Guido] Mantega deixou a porta aberta e vamos negociar para melhorar isso", diz o deputado Waldemir Moka (PMDB-MS). A Comissão de Agricultura cotejou a proposta do governo com recomendações. "Tem casos em que o desconto para liquidação é tão baixo que é melhor o produtor deixar o dinheiro aplicado", compara Homero.

O governo ofereceu, para débitos já repactuados em programas anteriores, bônus de adimplência e descontos adicionais para liquidação total das dívidas em 2008, 2009 ou 2010. Quanto menor o prazo e a dívida, mais descontos. O plano também concede vantagens para rolagem dos débitos, mas impõe "pedágio" de adesão e não inclui passivos

cujo risco esteja com os bancos - só operações com risco do Tesouro e fundos constitucionais e do café.

Na securitização, o "pedágio" seria de 3% sobre o saldo devedor sem nenhum desconto. No Pesa, o produtor pagaria 5% do saldo e só renegociaria, via linha de crédito a juros de 6,75% ao ano, por mais quatro anos as operações com risco dos fundos constitucionais. E haveria a temida análise caso a caso pelos bancos. No Funcafé, haveria rolagem de quatro anos com bônus progressivos, mas os juros seriam mantidos iguais. No Recoop, haveria descontos de 9% a 15% sobre o saldo devedor até 2010. Os custeios prorrogados teriam juros de 18% a 21% reduzidos para a média de 10,5% ao ano.

As dívidas com programas de investimento teriam indexadores trocados, mas só para adimplentes. Nos fundos constitucionais, a renegociação abrange só operações até R\$ 35 mil. Para as dívidas ativas da União, seriam concedidos descontos maiores para débitos menores, de 25% a 70%, mas sem recálculo e inclusão de operações não-quitadas ou não-renegociadas anteriormente.

'Proposta para a dívida rural está no rumo certo' - Fabíola Salvador – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/03/2008

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afirmou ontem que a renegociação da dívida do setor rural está no caminho certo. 'A proposta do governo engloba a estrutura geral de todo o endividamento dos últimos 30 anos e está sendo construída em conjunto pelos ministérios da Agricultura e da Fazenda, Banco do Brasil e parlamentares das Comissões da Agricultura da Câmara dos Deputados e do Senado. Setenta por cento dos casos estão encaminhados', disse o ministro, em entrevista ao Canal Rural.

Stephanes completou ontem um ano à frente do Ministério da Agricultura. Ainda com relação ao endividamento agrícola, ele afirmou que o governo chamará os bancos privados para negociar, para que essas instituições dêem o encaminhamento da dívida conforme os bancos oficiais. Stephanes ressaltou também que, no último ano, o Brasil avançou em sanidade animal e vegetal com programas de combate à febre aftosa e outras doenças que atingem tanto o rebanho quanto os produtos vegetais. Ele destacou, na entrevista, a prioridade de recursos para área. Sobre o reajuste para os fiscais agropecuários, o ministro reiterou a importância de manter o diálogo e o trabalho realizado por estes profissionais, como reforço à nova sistemática do controle do leite (que passou por processo de fraude no ano passado) e a erradicação da aftosa, entre outros. Com relação aos preços dos insumos agrícolas, fertilizantes e adubos, o ministro esclareceu que o Brasil é dependente de importação de uma grande quantidade desses produtos, concentrados em poucas empresas. Stephanes disse que o ministério tem um grupo de inteligência que estuda o problema e acredita que, nos próximos meses, tenha propostas para resolver o problema em médio e longo prazos.

BNDES garante a criação de cláusulas sócio-ambientais – Sítio Eletrônico do MST – 28/03/2008

Na quarta-feira, dia 26/3, centenas de trabalhadores rurais e representantes de movimentos sociais protestaram na sede do BNDES contra os privilégios cedidos ao agronegócio. Estiveram presentes integrantes da Rede Alerta Contra o Deserto Verde Fluminense e de diversos Movimentos Sociais de Luta pela Reforma Agrária, como MST, Fetag, MTL e Contag, além de movimentos Quilombolas e Indígenas.

Os movimentos protestavam contra a ordem de prioridades nos financiamentos do BNDES, que vêm privilegiando o agronegócio e as grandes empresas de capital privado. O dinheiro público, por meio do BNDES, está bancando financiamentos bilionários para implementação de monoculturas predatórias de eucalipto e cana de açúcar.

Depois de manifestantes serem agredidos pela Polícia Militar, a comissão do ato conseguiu ser recebida pela direção do BNDES e garantir a criação de cláusulas sócio-ambientais para os financiamentos do banco, a não liberação de um bilhão de reais para Aracruz Celulose e a criação de um grupo de trabalho de agricultura ambiental e meio ambiente.

Os manifestantes só foram recebidos às 13h30, depois de mais de três horas em frente ao banco, pelo diretor da área social, Elvio Gaspar, e o de administração, Maurício Lemos, ambos do Conselho de Crédito (onde se define a política de financiamento), além de Ricardo Henrique, chefe de gabinete da presidência do BNDES. A comissão do movimento, com representação do MST, Contag, Fetag, Fetaeng, MTL, Rede Alerta, grupo de quilombolas e de caciques, apresentou a pauta de reivindicações. Fizeram questão de enfatizar que o banco é co-responsável, inclusive criminalmente, por tudo aquilo que financia. A favelização das cidades, subemprego, rede de prostituição, desmatamento, poluição e destruição ambiental causados por empreendimentos apoiados financeiramente pela instituição, também são de responsabilidade dela.

Governo e ruralistas já se entendem sobre rolagem - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 28/03/2008

As negociações entre governo e ruralistas começaram ontem a convergir para uma proposta de solução comum do endividamento crônico do setor. Em reunião no Ministério da Fazenda, o governo concordou em fixar um período de carência para os débitos dos produtores com programas de investimentos, ampliar os benefícios às regiões mais prejudicadas pela crise de renda iniciada em 2004 e melhorar a proposta aos passivos dos fundos constitucionais e a dívida ativa da União.

O governo, cuja prioridade inicial estava centrada no passivo de R\$ 27,4 bilhões dos programas de refinanciamento de dívidas antigas, mostra-se mais compreensivo com as reivindicações dos produtores com as operações de custeios prorrogados, estimadas em R\$ 10,5 bilhões, e os débitos de investimentos, calculados em R\$ 17,4 bilhões. Nesta segunda-feira, parlamentares e lideranças ruralistas devem reunir-se novamente com ministros e técnicos do governo.

A tendência do Ministério da Fazenda é aceitar um prazo de um ano de carência para investimentos. "Nos próximos quatro anos, os produtores têm que pagar R\$ 40 bilhões. Não há rentabilidade suficiente para quitar isso e mais custeios prorrogados e dívidas antigas", diz o deputado Homero Pereira (PR-MT), que comanda o grupo privado de análise das dívidas.

A equipe econômica do governo também sinaliza com um tratamento regional diferenciado. Seriam beneficiados produtores de regiões atingidas por crises climáticas, como o Rio Grande do Sul, ou desequilíbrios de preços, casos de Mato Grosso e das novas fronteiras agrícolas. Os produtores com dívidas junto aos fundos constitucionais também devem receber uma proposta melhor, com carência e rolagem do passivo. Quem estiver inscrito na Dívida Ativa da União pode receber benefícios de recálculo do passivo e rolagem acima dos cinco anos inicialmente propostos pelo governo federal.

Em um movimento político, os parlamentares ruralistas apresentaram ontem de manhã uma nova contra-proposta ao governo. Pediram limitação da taxa de juros em 4% ao ano, rejeitando a troca do indexador, de Selic mais 1% para IPCA mais 4%. O governo sinaliza que não aceitará redução muito forte nos juros. Os ruralistas também solicitaram uma rolagem dos investimentos até 2025, mesma condição de parte das dívidas já prorrogadas a partir de 1995. Também pediram prazo de carência de um ano entre a renegociação e o início do pagamento.

O plano inicial do governo não prevê o refresco. Outra proposta seria limitar em 5% o comprometimento da receita da produção bruta com todas as dívidas. Mas mesmo os ruralistas admitem que essa proposição é "pouco viável". Na prática, funcionaria para pressionar o governo a ceder em pontos mais importantes para os produtores.

O governo também terá que enfrentar o descontentamento dos produtores familiares e de assentados da reforma agrária com as propostas consideradas "tímidas" para solucionar as dívidas de R\$ 13,4 bilhões do segmento. O Ministério do Desenvolvimento Agrário já deixou claro que não concorda com os benefícios à chamada produção empresarial em detrimento dos familiares e assentados. Hoje, dirigentes dos ministérios terão encontro para discutir a melhoria nas propostas.

CMN aprova extensão de prazos para pagamentos - Arnaldo Galvão – Valor Econômico – Agronegócios - 28/03/2008

Os produtores rurais que têm até o fim deste mês vencimentos de dívidas dos programas Pesa, Securitização 1 e 2, Funcafé e Recoop poderão adiar os pagamentos até 30 de junho. A medida foi autorizada pelos integrantes do Conselho Monetário Nacional (CMN) e integra-se à negociação que representantes do governo e dos ruralistas estão conduzindo para refinar parte dos passivos (ver ao lado). Conforme o secretário adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, é pequeno o número de operações envolvidas.

"Não queremos prejudicar os mutuários cujos créditos vencem nesse período. Damos três meses a mais jogando o vencimento para o final de junho. Depois, eles poderão quitar esses financiamentos com os descontos que estamos propondo, especialmente para a liquidação da dívida", afirmou.

Em relação às recorrentes críticas da bancada ruralista quanto à timidez da proposta apresentada pelo governo, Gilson Bittencourt comentou que foram analisadas detalhadamente mais de três milhões de operações de crédito. Os critérios, de acordo com ele, foram técnicos e realistas. "Estamos abertos à discussão, mas qualquer alteração que represente mais custo poderá alterar o que já foi oferecido para que haja equilíbrio entre

receitas e despesas. Aumentando custos, pode ser reduzido o volume de benefícios que já apresentamos", informou ele.

O CMN também tirou do Banco do Brasil a exclusividade como agente financeiro do programa de vendas de café dos estoques governamentais. A expectativa é de que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) possa fazer essas operações. A definição será do Ministério da Agricultura.

Na reunião mensal, realizada na quinta-feira, o CMN também reajustou os preços do pescado para o crédito de comercialização. O valor em vigor desde 1997 era de R\$ 300 por tonelada e saltou para R\$ 3 mil. O conselho também dobrou de R\$ 150 mil para R\$ 300 mil o limite individual de contratação para os financiamentos de custeio, investimento e comercialização.

BNDES quer financiar mais projetos no NE - Chico Santos – Valor Econômico – Brasil - 31/03/2008

O BNDES vai usar o complexo industrial de Suape, em Pernambuco, como piloto de uma nova estratégia de financiamentos, que tem entre os objetivos principais ampliar a fatia dos desembolsos do banco estatal destinada à região Nordeste. A área está recebendo uma refinaria de grande porte da Petrobras (em parceria com a venezuelana PDVSA) e um estaleiro para grandes navios, de um consórcio liderado pelas construtoras Camargo Corrêa e Queiróz Galvão, além de projetos petroquímicos. Outro projeto com o mesmo objetivo vai apoiar a integração de arranjos produtivos locais (APLs) na calha do rio São Francisco, entre os Estados de Sergipe e Alagoas.

Os dois projetos estão sob a coordenação da Secretaria de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Local, criada pelo presidente do banco, Luciano Coutinho, e vinculada diretamente a ele. A secretaria foi confiada à economista Helena Lastres, especialista no tema, pinçada dos quadros da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) para ajudar Coutinho a aumentar a presença nordestina nos recursos do banco. A secretaria coordena o Comitê de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Regional do banco, que realizou semana passada reunião para tratar do assunto.

Suape fica no município de Ipojuca, na região metropolitana de Recife, e já conta com um complexo portuário e vários projetos industriais. Ao mesmo tempo, a capital pernambucana e seu entorno convivem com um dos maiores bolsões de pobreza urbana do país, em grande parte atraído pelos investimentos industriais lá existentes.

A nova proposta do BNDES é de não limitar os financiamentos aos grandes projetos que estão chegando, mas identificar oportunidades de ajudar com o desenvolvimento de outras atividades econômicas, desde o fornecimento de insumos até a prestação de serviços de todas as naturezas. As primeiras decisões concretas deverão ser anunciadas oficialmente no dia 9 de maio. Está prevista para o mesmo dia, na sede do banco, no Rio, uma reunião de secretários de Planejamento do Nordeste, para apresentar sugestões sobre como ampliar os recursos do BNDES para a região.

Historicamente, o Nordeste, segunda região mais populosa do país, recebe por ano menos de 10% dos desembolsos do BNDES, principal agência de financiamentos de longo prazo do país. Em 2006 a participação foi de 9,42% e em 2007, 8,20%. Ainda assim, como os empréstimos do banco cresceram fortemente nos últimos dez anos (de R\$ 18,99

bilhões, em 1998, para R\$ 64,89 bilhões em 2007), a participação absoluta do Nordeste no bolo quase triplicou no período, de R\$ 1,87 bilhão para R\$ 5,32 bilhões.

"Há uma história enorme no BNDES de tentativas de solucionar isso. Eu recuperei essa história. O que o Luciano (Coutinho) coloca é que, toda vez que aqui no banco se pergunta a razão pela qual não cresce (a participação nordestina), invariavelmente, a resposta é: não existe demanda. A primeira vez que ouvi essa resposta, não só não acreditei, como não admiti", disse Helena ao Valor. Segundo ela, cabe ao banco desenvolver capacidade de identificar oportunidades e de formular propostas para a região.

Os estudos da equipe criada por Coutinho para estudar a melhoria da distribuição regional dos recursos do banco mostraram que dentro da própria região Nordeste há também enorme assimetria. Os Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe, juntos, receberam no ano passado menos de 10% (9,41%) dos recursos do BNDES para o Nordeste, enquanto a Bahia ficou com 51,85% e Pernambuco, 24,80%.

A primeira tentativa de começar a modificar também a desigualdade intra-regional vai acontecer nos Estados de Sergipe e Alagoas, mais precisamente na faixa dos dois Estados separada pelo rio São Francisco. Com a ajuda dos governos, empresários e comunidades locais, o BNDES e seus parceiros - já estão certos o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Sebrae e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) - vão estudar os APLs já existentes na região, alguns apoiados por esses mesmos parceiros, e buscar formas de adensar esses arranjos e integrá-los.

Segundo Helena, a tentativa será de criar uma rede de desenvolvimento econômico integrando projetos culturais com pólos de turismo, de construção de pequenas embarcações, de confecções, artesanato, apicultura e assim por diante. A busca da inovação, a partir dos conhecimentos locais, será uma das marcas da iniciativa. O banco usará para isso suas políticas operacionais, seja via financiamentos indiretos, seja com empréstimos de caráter social ou, até mesmo, via participação acionária para viabilizar empreendimentos.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

op
pa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio

